

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA DA
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA.**

FRANCIELE ALENCAR HAMM BOLDT

**CURITIBA
2012**

FRANCIELE ALENCAR HAMM BOLDT

**ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA DA
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA.**

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Contabilidade e Finanças no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

**Orientadora: Prof. Dra Márcia Maria dos
Santos Bortolucci Espejo**

CURITIBA

2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): FRANCIELE ALENCAR HAMM BOLDT

TÍTULO DO TRABALHO: A ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA.

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: MÁRCIA MARIA DOS SANTOS BORTOLOCCI ESPEJO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Aluna realizou análise das demonstrações contábeis da Cooperativa Witmarsum, procurando identificar sua situação econômico-financeira de 2007 a 2011. Identificou uma situação econômico-financeira desfavorável no período analisado. Além de metodologicamente bem realizada, tecnicamente a aluna conseguiu realizar aplicações práticas dos conteúdos estudados no curso de pós-graduação.

NOTA: 10,0 (dez)

) ASSINATURA: 

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO: Moisés Prates Silveira

NOTA: 10,0 (dez)

) ASSINATURA: 

CONCEITO FINAL: _____ ()

COORDENADOR DO CURSO:

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me tornar capaz de conquistar esta vitória, e pela proteção em todas as viagens necessárias para a conclusão deste curso.

Aos meus pais Carlos e Célia Hamm pela educação recebida e pela contribuição nas conquistas de meus sonhos.

Ao meu esposo Lucas Boldt, pela compreensão e apoio que possibilitaram conquistar mais esse objetivo.

Á minha irmã Letícia e minha avó Maria Neide por seus conselhos e incentivos constantes.

Á minha orientadora Prof. Dra Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo pelas idéias, críticas e sugestões e por mostrar o quão longe nós mulheres podemos chegar.

Aos meus amigos de classe, Gabriel Bertelli Cabral, Gabriel Medina Xavier, Giuliano Dal Piva, Luiz Henrique Mello e Rafaela Motta Barbosa, pelas conversas e almoços de sábados, e por fazerem o ano de 2011 valer a pena.

**“Pensar é o trabalho mais difícil que existe.
Talvez por isso tão poucos se dediquem a ele.”**

Henry Ford

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	20
2.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS	22
2.3 SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS / COLONIZAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL	24
2.4 COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA	26
2.5 ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA	28
2.5.1 Análise Através de Índices de Desempenho	31
2.5.1.1.Liquidez	31
2.5.1.2 Endividamento	32
2.5.1.3 Imobilização	32
2.5.1.4 Lucratividade	32
2.5.1.5 Cobertura	33

2.5.1.6 Rotatividade	33
2.5.1.7 Rentabilidade	34
2.5.2 Técnicas de Análise das Demonstrações Financeiras	34
2.5.2.1 Reestruturação do balanço patrimonial	35
2.5.2.2 Análise Vertical e Horizontal.....	36
2.5.3 Ciclotmetria	37
2.5.3.1 Custo do Produto Vendido (CPV).....	39
2.5.3.2 Prazo Médio de Rotação dos Estoques (PMRE).....	39
2.5.3.3 Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV).....	40
2.5.3.4 Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	40
2.5.3.5 Ciclo operacional	40
2.5.3.6 Ciclo financeiro	40
2.5.4 Análise do Capital de Giro	41
2.5.4.1 O modelo Fleuriet.....	41
2.5.4.2 Capital de Giro.....	41
2.5.4.3 NCG, IOG OU KT	41
2.5.4.4 Saldo de Tesouraria	42
2.5.4.5 Efeito Tesoura	42
2.5.4.6 Tipologia.....	43
3 METODOLOGIA	45
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	45
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45

4 ANÁLISE SE DADOS	46
4.1 ATUALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELO IGPM.....	46
4.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL	46
4.2.1 Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial	46
4.2.1.1 Gráficos do Balanço Patrimonial	49
4.2.2 Análise Vertical e Horizontal das Demonstrações de Resultado do Exercício.	51
4.2.2.1 Gráficos da Demonstração do Resultado	53
4.3 CICLOMETRIA.....	55
4.4 ANÁLISES ATRAVÉS DE ÍNDICES.....	56
4.4.1 Análise Financeira	56
4.4.2 Análise Econômica	58
4.4 ANÁLISE AVANÇADA DE CAPITAL DE GIRO.....	60
4.4.1 Reestruturação	60
4.4.2 Cálculos IOG, CCL, ST	61
4.4.2.1 Gráficos da Análise dinâmica	64
4.4.3 Tipologia	66
5 CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Colônias Campos Gerais.....	26
Tabela 2 – Índices de Análise Financeira.....	55
Tabela 3 – Índices de Análise Econômica.....	57
Tabela 4 – Balanço Reestruturado – Análise Avançada	59
Tabela 5 – Contas da Reestruturção.....	60
Tabela 6 – Cálculo da Necessidade de Capital de Giro	60
Tabela 7 – Cálculo do Saldo de Tesouraria	61
Tabela 8 – Cálculo do Capital de Giro Líquido	62
Tabela 9 – Demonstração da Tipologia 2007.....	66
Tabela 10 – Demonstração da Tipologia 2008.....	66
Tabela 11 – Demonstração da Tipologia 2009.....	66
Tabela 12 – Demonstração da Tipologia 2010.....	66
Tabela 13 – Demonstração da Tipologia 2011.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise Vertical 2007	48
Gráfico 2 – Análise Vertical 2008	48
Gráfico 3 – Análise Vertical 2009	49
Gráfico 4 – Análise Vertical 2010	49
Gráfico 5 – Análise Vertical 2011	50
Gráfico 6 – Análise DRE 2007.....	52
Gráfico 7 – Análise DRE 2008.....	52
Gráfico 8 – Análise DRE 2009.....	53
Gráfico 9 – Análise DRE 2010.....	53
Gráfico 10 – Análise DRE 2011.....	54
Gráfico 11 – Análise Dinâmica 2007	64
Gráfico 12 – Análise Dinâmica 2008	64
Gráfico 13 – Análise Dinâmica 2009	65
Gráfico 14 – Análise Dinâmica 2010	65
Gráfico 15 – Análise Dinâmica 2011	66
Gráfico 16 –IOG X CCL.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Gestão das Cooperativas e seus componentes	29
Figura 2 – Ciclo Operacional	37
Figura 3 – Ciclo Financeiro.....	38

RESUMO

BOLDT, Franciele Alencar Hamm. **Análise econômica-financeira da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.** A competitividade tem sido uma das grandes questões empresariais brasileiras na atual conjuntura econômica. Ser competitivo não é mais uma questão de estar á frente de determinado setor ou negócio, e sim uma questão de longevidade da organização. E assim como as outras empresas, as cooperativas de agronegócio estão inseridas neste contexto, e devem estar atentas aos aspectos internos de gestão e do mercado em que esta inserida. Este trabalho acadêmico tem como objetivo apresentar um estudo sobre a análise econômica financeira dos períodos de 2007 a 2011 da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum. São apresentadas informações na revisão de literatura sobre a evolução histórica das sociedades cooperativas, seu surgimento no Brasil através da colonização de imigrantes, e um breve histórico da Cooperativa em questão. Foram utilizadas algumas das principais técnicas de balanço, análise através de índices financeiros econômicos e estruturais, ciclometria e análise de capita de giro, a fim de demonstrar a situação da Cooperativa nos períodos analisados. As análises realizadas revelam problemas de liquidez relacionados á falta de recursos próprios e conseqüente dependência excessiva de recursos de terceiros, além de perdas acumuladas geradas por resultados operacionais muito inferiores aos necessários para estabilizar passivos financeiros de empréstimos antigos realizados sem devida capacidade de pagamento. Como resultado de períodos consecutivos de prejuízos e perdas, pôde-se observar que nos cinco anos analisados, a Cooperativa não possui recursos financeiros adequados para quitar seus compromissos.

Palavras- chave: análise econômica-financeira; Cooperativa; Modelo Fleuriet.

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura econômica, ser competitivo não é mais um diferencial buscado pelas empresas e sim uma questão de sobrevivência. Para manter-se atuando no mercado, estar atento às mudanças e exigências propostas é de extrema importância para manter as atividades, níveis de participação e satisfação dos clientes. As alterações no modo de consumo, o aumento da exigência dos clientes relacionada à sustentabilidade ambiental e sustentabilidade do negócio, entre outras exigem uma atenção especial por parte dos gestores.

De acordo com Oliveira (1982), em sua participação no livro *O pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro*, o Brasil passou a década de 70 e entrou na década de 80 reagindo à competição acirrada entre os países ricos e os países fortes aumentando sua capacidade de produção agrícola, o que refletiu hoje em significativa parcela da receita nacional e do produto nacional bruto.

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulgado no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 mostram que a produção agropecuária 2010/2011 chegou ao patamar de 161,5 milhões de toneladas na produção de grãos. Esses dados refletem justamente a adequação do país às novas exigências da época, o que permitiu hoje o Brasil ser considerado como um dos países mais competitivos do mundo.

Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP (2011), a participação do agronegócio chegou a 22,34% do PIB nacional no ano de 2010, e pode ser considerado o grande impulsionador da economia do país.

E neste sentido, as cooperativas de agronegócios desempenham um papel de extrema importância no crescimento do PIB e no atendimento ao apelo por aumento de produção dos países em crescimento industrial.

De acordo com Polonio (1998, p. 20):

O movimento cooperativista teve início na Inglaterra, no século XIX, com a intensificação da luta dos trabalhadores, durante o movimento cartista, em pleno regime de economia liberal, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), em 1844. [...] O primeiro dispositivo legal dispendo sobre as atividades cooperativistas no Brasil data de 6 de janeiro de 1903 – Decreto nº 979 – que reula as atividades dos sindicatos de profissionais da agricultura e das atividades rurais e de cooperativas de produção e consumo, inobstante existiam referências ao movimento em 1890.

Com o passar dos anos, as cooperativas foram ganhando força e intensificaram suas atividades no setor agrícola em meados dos anos 70. Porém, existem ainda problemas relacionados às cooperativas que na tentativa de integrar o lado econômico e social, por vezes as deixam despreparadas para enfrentar o dia-a-dia da competição capitalista.

Um dos aspectos observados, e ao qual foi dada maior ênfase neste trabalho, é o fato de que para ter cargo eletivo em uma Cooperativa agropecuária, é necessário que o candidato seja produtor rural. E em consequência disso, muitas vezes os cooperados que ocupam os cargos nos conselhos de administração, conselhos fiscais e diretorias, por vezes não tem o “*know-how*” administrativo, econômico e financeiro necessários na gestão de uma Cooperativa, o que pode torná-las menos competitivas.

Essa perda de competitividade ocasionada pela má gestão, somada com a perda gradual da cultura cooperativista pode trazer consequências sérias à saúde das Cooperativas, e neste sentido se faz necessário que as mesmas estejam atentas aos aspectos internos de gestão para torná-las mais sólidas e mantê-las alinhadas com as exigências do mercado em que estão inseridas.

A exemplo disso pode-se citar a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda, situada no município de Palmeira – PR, que vem trabalhando no sentido de expandir suas atividades no mercado do agronegócio. Estatísticas da Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum do ano de 2005 revelam que residem na colônia em torno de 1800 pessoas, dentre estas, 1250 descendentes de alemães, que trouxeram consigo as bases do cooperativismo e fundaram em 28 de outubro de 1952 a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda, com o objetivo de coordenar a vida social e econômica dos imigrantes.

Hoje a Cooperativa conta com 310 sócios, que tiram seu sustento basicamente da agropecuária, e por este motivo tem importante papel na sociedade em que esta inserida. A gestão é feita por um presidente, um diretor e um secretário administrativo, que controlam e direcionam todas as atividades da cooperativa. Porém não existe nesta instituição a cultura de acompanhar os índices de liquidez e rentabilidade da cooperativa.

Por este motivo se faz necessária uma análise econômico-financeira da Cooperativa em questão a fim de verificar qual a situação atual da instituição e possivelmente servir de base á diretoria para futuras tomadas de decisão.

1.1 PROBLEMA

Os empreendimentos cooperativistas são organizações que apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos. (BIALOSKORKI, 2002)

Por serem organizações com característica de atuação local e que possuem pessoas cooperadas da própria comunidade, seu papel social é de extrema importância. Setti (2011, p. 30) afirma:

Na década de 60, o Paraná era pouco expressivo no cooperativismo agropecuário. As cooperativas Batavo, Cotia, Sul Brasil, Capal, Castrolanda, Witmarsum e Agrária se sobressaíam, pois eram ligadas a grupos de imigrantes e seus descendentes.

Porém essa representatividade se expandiu. Dados de 2010 da OCEPAR mostram que as 240 cooperativas filiadas ao Sistema Ocepar atingiam uma movimentação econômica de R\$ 28 bilhões, 12% a mais em relação a 2009, o que representa cerca de 30% da movimentação econômica de todas as cooperativas brasileiras. (SETTI, 2011)

Imigrantes alemães que chegaram no Paraná depois dos anos 30 do século XX também adotaram a doutrina cooperativista na sua organização. A exemplo disto tem-se a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum, fundada em 1951 no município de Palmeira por imigrantes menonitas. Estes imigrantes que chegaram à Rússia, através da Prússia, de onde fugiram do comunismo e descobriram o Brasil por volta de 1930 em Santa Catarina, buscavam por terras planas, mais apropriadas à pecuária leiteira, e implantaram uma das cooperativas mais prósperas do Paraná apesar da baixa fertilidade do solo. (SETTI, 2011, p. 45)

Alberto Elfes (1973), em seu estudo sobre a colonização da região dos Campos Gerais no Paraná afirma:

A Imigração dos menonitas para o Brasil iniciou-se em 1930, quando um grupo de 7.000 pessoas conseguiu sair da Rússia. Cerca de 1.000 pessoas migraram então para o Canadá, e a maioria foi para o Gran Chaco do Paraguai. [...] cerca de 1.000 imigraram para o Estado de Santa Catarina, assentando-se inicialmente numa gleba da “Companhia Hanseática de Colonização”, na região ao Oeste de Blumenau, no vale do Krauel. [...] Em 1932 já começou a renigração de um pequeno grupo que se estabeleceu nos arredores de Curitiba. [...] A grande transferência do grupo para os Campos de Palmeira, porém, iniciou-se em 1949/50, quando o Governo do Estado incentivou e facilitou a aquisição de terras a fim de estimular a triticultura. (ELFES, 1973, P. 73)

De acordo com Elfes (1973), foi adquirida pela então denominada Sociedade Anônima Comercial e Industrial Witmarsum uma gleba de 7.856 hectares de propriedade particular, para onde os imigrantes menonitas de Santa Catarina se dirigiram. Uma parte destes imigrantes foram para a região de Bagé, no Rio Grande do Sul. Os primeiros colonos chegaram ao Novo Witmarsum nos Campos do Paraná em 1951. A partir de 1952, a Sociedade Anônima Comercial e Industrial Witmarsum recebeu a nova denominação de “Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda”, nome que traz até os dias atuais.

A Cooperativa conta atualmente com aproximadamente 310 sócios, que tiram seu sustento basicamente da agro-pecuária ou seja, produção de leite, frangos de corte, milho, soja, trigo, etc, além das atividades industriais como fábrica de rações e fábrica de queijos finos e mantém toda estrutura para recepção e armazenagem de grãos produzidos pelos associados, bem como presta toda assistência técnica veterinária e agrônômica, fornece todos insumos necessários para produção e atua na comercialização da produção de seus associados. (WITMARSUM, 2012)

Segundo o estatuto social da Cooperativa Witmarsum, a diretoria executiva, conselho administrativo e conselho fiscal devem obrigatoriamente ser formados por sócios atuantes em algum setor da cooperativa, e por esse motivo, desde sua fundação a Cooperativa foi gerida por pessoas com conhecimentos específicos em pecuária e agricultura, e na grande maioria das vezes sem nenhuma instrução administrativa-financeira/econômica.

Por este motivo torna-se interessante um estudo com base nas demonstrações financeiras de 2007 á 2011 da Cooperativa que possam mapear qual a atual situação da mesma e possivelmente servir de base para futuras tomadas de decisões por parte dos sócios-gerentes.

Neste sentido, a questão de pesquisa orientativa do presente trabalho é a seguinte: Qual a situação econômico-financeira da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda de 2007 é 2011?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a situação econômico-financeira da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda dos anos de 2007 á 2011.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de atender ao objetivo geral, o mesmo foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos:

- Realizar a análise dos índices de desempenho, como Liquidez, Endividamento, Imobilização, Lucratividade, Cobertura, Rotatividade e Rentabilidade.

- Realizar a análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial Reestruturado e da Demonstração de Resultado do Exercício dos anos de 2007 á 2011.

- Calcular os ciclos de produção, operacional e financeiro, assim como identificar os recursos exigidos por cada ciclo.

- Verificar qual o Custo do Produto Vendido, o PMRE, PMRV E PMRC.

- Analisar os aspectos relacionados ao Capital de Giro sob a ótica do Modelo Fleuriet.

1.3 JUSTIFICATIVA

Como a maioria as empresas industriais e comerciais buscam se instalar nos grandes centros visando uma maior mobilidade e facilidades logísticas que as capitais e regiões metropolitanas oferecem, nas regiões mais afastadas destes grandes centros as cooperativas são uma alternativa econômica e tem um papel essenciais na geração de empregos e renda.

Dados da OCEPAR mostram que:

Baseado na doutrina e filosofia cooperativista universal o cooperativismo paranaense é formado por 238 cooperativas registradas na Ocepar que agrupam mais de 535 mil associados e geram cerca de 1,3 milhão de postos de ocupação. Tem suas raízes nas comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar estruturas comuns para compra e venda de sua produção, além de suprirem suas necessidades de consumo e crédito através de sociedades cooperativistas. (OCEPAR 2009, p.1)

Destas 238 cooperativas, 82 são cooperativas agropecuárias registradas no Paraná, as quais são responsáveis por 56 % da economia do estado, grandes empregadoras e principais responsáveis pela geração de receita. Exatamente por as cooperativas terem um papel de extrema importância para os cooperados e para a sociedade em que esta inserida, é crucial que haja uma boa administração para que suas atividades sejam lucrativas e tragam benefícios a todos.

De acordo com Oliveira (2001, p. 33) a constituição jurídica das cooperativas é diferente da constituição jurídica das empresas em geral. Entretanto, como as cooperativas concorrem com outras empresas no mercado, o diferencial de constituição jurídica não pode ser considerado uma vantagem competitiva. Se faz necessário que as cooperativas consolidem modelos de gestão eficientes, eficazes e efetivos a fim de consolidar uma vantagem competitiva real e duradoura.

Existem diversos modelos de análises e gestão que podem ser utilizados. Braga et al. (2004, p.2) afirmam que:

No âmbito da análise das demonstrações contábeis é comum encontrar a expressão situação financeira como sinônimo de capacidade de solvência da empresa e situação econômico-financeira relacionada com algo mais amplo que envolve, também, a geração de lucros. De fato, uma empresa possui boa situação econômico-financeira quando apresenta adequado equilíbrio entre sua liquidez e rentabilidade.

O mapeamento dessa situação econômico-financeira se faz necessário para que haja uma base concreta na tomada de decisão por parte dos gestores buscando o equilíbrio entre a liquidez e a rentabilidade da organização.

No caso da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda, não existe essa cultura análise das demonstrações contábeis em um âmbito mais gerencial. Na atualidade as demonstrações financeiras e os relatórios da administração tem sido feitos apenas para cumprir exigências legais e na maioria das vezes não servem como base no direcionamento da gestão da cooperativa.

Esta falta de direcionamento nas decisões tomadas por parte da diretoria executiva da Cooperativa, aliados à centralização das tomadas de decisão e ao aumento da concorrência externa na região onde a mesma atua traz um cenário cada vez mais desafiador aos gestores e seus cooperados. Neste aspecto torna-se imprescindível que seja realizado um mapeamento da atual situação econômico financeira da empresa.

Analisando o fato de que a direção da Cooperativa é formada por um Presidente, um diretor executivo e um secretário administrativo, dos quais nenhum tem formação acadêmica na área administrativa, torna-se interessante que este mapeamento seja feito por terceiros, até para que se mantenha a neutralidade na análise dos relatórios e balanços da organização.

Justamente por haver interesse por parte da Cooperativa e de seus diretores que esta análise seja realizada, e por a autora desta análise ter acesso as informações contábeis necessárias para realizar este trabalho, além do “*know-how*” exigido para estas análises, além de ser uma oportunidade de aperfeiçoamento no tema, torna-se viável a execução desta pesquisa.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo será realizado com informações apresentadas nos Relatórios de Administração da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda, do período de 2007 á 2011.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O desenvolvimento da dissertação se dá com o primeiro item apresentando a introdução, a justificativa, os objetivos e a forma de desenvolvimento da dissertação.

No item dois apresenta-se a revisão de literatura e a fundamentação teórica da pesquisa a qual segue apresentando a evolução histórica das sociedades cooperativas, os conceitos e características das cooperativas, assim como o surgimento das sociedades cooperativas no Brasil e seu vínculo com a colonização de imigrantes.

No terceiro item apresenta-se como foi elaborada a dissertação, a metodologia utilizada, que contempla uma pesquisa qualitativa descritiva, sobre a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda, localizada no município de Palmeira, na região sul do Paraná. A coleta de dados se deu á partir dos relatórios do Conselho de Administração divulgados de forma impressa aos seus cooperados. O desenvolvimento da metodologia da dissertação, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, se deu na sequencia a seguir: análise através dos índices de desempenho, análise vertical e horizontal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, ciclometria e classificação da dinâmica do capital de giro. No item seguinte apresenta-se a análise dos resultados, e encerra-se a dissertação com as considerações finais sobre o conjunto da obra, assim como a lista de referências utilizadas e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a finalidade de obter-se maiores informações sobre a evolução histórica das sociedades cooperativas, seus conceitos e características, assim como sua importância na sociedade e as particularidades adquiridas no período de colonização de imigrantes no Brasil, torna-se importante uma contextualização sobre o tema.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Pinho (1982) destaca que foi no contexto histórico onde as pessoas começaram a se opor às consequências do liberalismo econômico que as idéias cooperativistas começaram a ser elaboradas, tendo como suporte a corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências associativistas deste período.

Almeida e Braga (2006) afirmam que o surgimento das sociedades cooperativas têm como base a intenção de proporcionar um modelo diverso das sociedades de capital estritamente vinculadas ao lucro, enfatizando a doutrina, o aspecto moral, ético e solidarista.

Para Pinho (1982), dentre os socialistas utópicos que exerceram maior influência sobre o início do cooperativismo, pode-se destacar Owen, Fourier, Buchez e Blanc. Robert Owen, de família de artesãos, nasceu em Newton (País de Gales).

Pinho (1982) destaca que Owen considerava que o homem é resultado de seu meio social e que para modifica-lo, torna-se necessário modificar o meio social de maneira pacífica, gradual e moderada. De acordo com a autora, Owen combateu o lucro e a concorrência por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais. Exerceu influência sobre Charles Howart, que seria posteriormente o presidente da Rochdale Equitable Pioneers Society Ltda.

François Marie Charles Fourier, filho de um negociante de tecidos, nasceu em Besançon (França). Fourier combateu vários socialistas utópicos como Owen, defendendo a propriedade particular e por vezes até a diferença entre ricos e pobres. Porém, via nos falanstérios, unidades auto-suficientes onde vivem 1.500 pessoas em um regime comunitário, onde todos são co-proprietários, o que segundo Fourier era a mais poderosa alavanca que se conhece para elevar os civilizados. (PINHO, 1982)

Phillipe Joseph Benjamin Buchez, defendeu a tese de associação cooperativa dos produtores livres, mais pacificamente e sem exploração.

Em 1831 Buchez preconizou, através do artigo “Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades”, uma associação com determinado número de operários de uma mesma profissão, que seria regida por um contrato contendo as seguintes disposições principais: Os associados teriam também a qualidade de empresários, cabendo-lhes escolher um ou mais representantes; Cada associado seria pago segundo os usos adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, etc; Uma soma equivalente ao ganho dos empresários intermediários seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido no fim de cada ano em duas partes: 20% para formar (e aumentar) o capital social; o restante para assistência ou distribuição entre os associados “pro rata” de seu trabalho; e O capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária. (PINHO, 1982, p. 28)

Louis Blanc foi historiador, jornalista, orador e político. Pinho (1982) afirma que Blanc condenava a livre concorrência, principal responsável pelos males e injustiças sociais. Blanc propôs a criação de associações em que cada um seria coproprietário dos instrumentos de produção: o atelier social e a oficina social, composta por trabalhadores do mesmo ramo. A repartição na oficina social seria efetuada de acordo com a igualdade de salários. As sobras líquidas destinavam-se à um fundo de reserva para os operários doentes e afetados pelas crises econômicas e à aquisição de novos meios de produção.

Esses precursores cooperativistas lançaram as primeiras idéias cooperativistas que se expandiram e se desenvolveram na Europa Ocidental. De acordo com Almeida e Braga (2006, p.137), o registro do aparecimento das primeiras sociedades cooperativas se deu:

[...] na Inglaterra em meio a Revolução Industrial, cujos benefícios para o capitalismo não esconderam a extrema exploração do operariado, identificou-se como entidade voltada aos necessitados (os cooperados) que buscavam por meio da união e auxílio mútuo, e com objetivos comuns, satisfazer necessidades de ordem econômica, situando como modelo distinto dos movimentos sociais e sindicais que despontavam naquele momento histórico.

Reis Junior (2006, p. 26) afirma que muito embora em 1827, na cidade de Brigton (Inglaterra), e em 1835, em Lyron (França) já haviam ocorrido algumas experiências no âmbito do cooperativismo, consideram-se os anos de 1843/1844

como o marco inicial deste movimento, onde as condições socioeconômicas necessárias para o desenvolvimento residiam em Rochdale:

[...] distrito de Lancashire, Inglaterra – e, em especial, para um grupo de 28 tecelões. Foi então em novembro de 1843, que esses 28 tecelões reuniram-se com o propósito, mediante a colaboração de todos, de encontrar um meio de melhorar sua precária situação econômica. Em outubro do ano seguinte, os aludidos tecelões fundaram a primeira sociedade cooperativa genuína, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale [...]”. (REIS JUNIOR, 2006, p.26)

Em sua essência, pode-se perceber que o movimento cooperativista baseia-se em conceder benefícios para os associados, no espírito de solidariedade humana e igualdade social. A partir desta realidade muitas cooperativas passaram a se formar em toda a Inglaterra. (REIS JUNIOR, 2006, P. 29)

2.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS

Para que uma cooperativa possa ser instituída, é necessário que seja analisado se a mesma é a solução mais adequada para defender os interesses econômicos e sociais dos envolvidos, assim como se todos estão de fato dispostos a operar com a cooperativa a fim de que o volume de negócios traga efetivamente benefícios aos cooperados e a sociedade.

A partir de então, para se formalizar a constituição da cooperativa, elabora-se o estatuto social, e publica-se o edital de convocação para a assembleia geral com dez dias de antecedência da referida data. Na assembleia os cooperados fundadores votam a aprovação do estatuto social e a eleição dos primeiros dirigentes que irão compor os órgãos sociais da cooperativa. Somente então é possível solicitar a autorização de funcionamento e registrar a cooperativa na Junta Comercial e demais cadastros.

De acordo com a Lei 5.764, em regra, as cooperativas são formadas apenas por pessoas físicas, admitindo-se a associação de pessoas jurídicas apenas quando estas não tiverem finalidade lucrativa, ou quando executarem as mesmas atividades que as pessoas físicas cooperadas.

O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que aderirem aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, e poderá ser restrita a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou esteja vinculadas a entidade.

A demissão do associado será à seu pedido, em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram. Nestes casos, a diretoria da cooperativa tem o prazo de trinta dias para comunicar ao interessado a sua eliminação, e poderá ser feita em caso de dissolução da pessoa jurídica, por morte da pessoa física, por incapacidade civil não suprida, por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Ainda de acordo com a Lei 5.764, a responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento. No caso de falecimento, as obrigações contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

É papel da cooperativa assegurar a igualdade de direitos aos associados sendo-lhe defeso: remunerar a quem agencie novos associados; cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas; estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

Pinho (1982) afirma que o cooperativismo rochdaleano se instalou no nosso país a partir do Decreto 22.239/32 elaborado por Adolfo Grendilha, Saturnino Brito e Fábio Luz Filho, e se consolidou a seguir não apenas por ter vigorado por 34 anos, mas por ter mantido os princípios de Rochdale em todas as legislações subsequentes, como no Decreto-lei 59/1966 e na Lei 5.764/71.

A Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, em seus artigos 3º e 4º conceitua Sociedade Cooperativa nos termos abaixo:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Apesar de manter a linha doutrinária anterior, o decreto 5764/71 apresenta flexibilidade à modernização e reestruturação das cooperativas brasileiras. As inovações estruturais que atualmente ocorrem, coincidem com as necessidades das cooperativas enfrentarem os problemas sociais e econômicos colocados pela ampliação do parque industrial (sobretudo no Sudeste/Sul do País), e o cooperativismo agrícola, volta-se para a economia em escala. (PINHO, 1982)

2.3 SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS / COLONIZAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL.

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Porém, a primeira cooperativa que se tem registro no país é a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto em Minas Gerais. No entanto o movimento cooperativista no Brasil teve evoluções diferentes de acordo com os ramos das cooperativas. (SANTOS, 2008)

De acordo com Santos (2008), tem-se o ano de 1907 como o marco do surgimento das cooperativas agropecuárias no Brasil, iniciando-se também estado de Minas Gerais com o apoio do governador do estado João Pinheiro, com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola que na época era controlada por estrangeiros. Santos (2008) afirma ainda que no final do século XIX, muitas cooperativas agropecuárias surgiram no sul do país, onde pode-se verificar a existência de colônias de imigrantes europeus.

Elfes (1973) aponta que em se falando de “Colônias Agrícolas” ou de “colonização” existem diversos conceitos, dos quais ele destaca:

- a colonização primitiva ou espontânea, que seria a ocupação de terras pela iniciativa privada, as vezes de forma desordenada por pequenos agricultores e criadores á procura de terras.

- a colonização organizada, baseada em loteamentos tecnicamente planejados com vias de acesso aos lotes abertos.

- a criação de cinturões verdes, trata-se de colonização com número limitado de colonos promovida por órgãos públicos municipais e estaduais com o intuito de abastecer os centros consumidores com determinados produtos especiais.

- os núcleos coloniais oficiais, realizados em terras públicas, com objetivos de cunho sociale de caridade. Esse tipo de núcleos não chegou a ser desenvolvido no estado do Paraná.

- a colonização em grupos homogêneos: gerados pela pressão econômica e social, intolerância ideológica e religiosa, convulsões políticas, superpopulação e falta de terra, em países da Europa e Ásia.

Esse tipo de migração e colonização em grupos fechados normalmente tem encontrado apoio financeiro do país de fixação, e de fontes de ajuda internacionais , além de créditos bancários volumosos. No Paraná aportaram várias correntes deste tipo, portadores de bagagens culturais diferentes e de várias origens étnicas. Foram fixadas de preferência nos Campos Gerais, recebendo ajudas e retribuindo com seu trabalho, suas tradições e suas técnicas para o desenvolvimento econômico e a mudança da estrutura agrária dessas regiões. (ELFES, 1973, p. 7)

Elfes (1973) destaca ainda, que desde o ano de 1870 até os dias atuais estabeleceram-se nos Campos do Paraná várias colônias agrícolas, dentre as quais a tabela 1 evidencia:

Tabela 1 – Colônias Campos Gerais

Colônia	Município atual	Ano da Instalação	Etnia
Quero-quero	Palmeira	1877/78	Alemã
Papagaios Novos	Palmeira	1877/78	Alemã
Santa Clara	Castro	1884	Polonesa
Leopoldina	Castro	1884	Polonesa
Carambeí	Castro	1911	Holandesa
Japó	Castro	1914	Polonesa
Terra nova - Garcez	Castro	1934/35	Alemã
Terra nova - Maracanã	Castro	1934/35	Alemã
Monte Alegre	Telêmaco Borba	1949	Holandesa
Castrolanda	Castro	1951	Holandesa
Entre Rios	Guarapuava	1951	Alemã
Witmarsum	Palmeira	1951	Alemã
Santo Antônio (Tronco)	Castro	1953	Holandesa
Santa Cruz	Ponta Grossa	1958	Russos brancos
Pau Furado	Teixeira Soares	1958	Russos brancos
Arapoti	Arapoti	1960/61	Holandesa
Santa Maria	Tibagi	1966	Coreanos

Tabela 1: Colônias Campos Gerais Fonte: INCRA ,Curitiba, 1973.

2.4 COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA

Para Abeck (1980) foi no início da década de 50 que tiveram lugar no Paraná os últimos “empreendimentos colonizatórios de grande vulto”.

Assim os povos menonitas, que haviam deixado a Rússia há cerca de 20 anos atrás (87-3/79), estabelecendo-se no vizinho Estado de Santa Catarina (Hansa Harmônia – Rio Krauel) e dos quais alguns grupos vinham se desmembrando, para constituírem aqui perto de Curitiba as colônias de Boqueirão I, Boqueirão II, Xaxim, Guabirotuba e Vila Guaíra, resolveram se transferir para o planalto do Paraná. Sua escolha recaiu sobre um trato de terras no município de Palmeira,[...] Ali fundaram, em 1951, com aproximadamente 75 famílias, com bases cooperativistas, a Colônia de Witmarsum. (ABECK, 1980, p. 42)

A colônia de imigrantes menonitas situa-se no Segundo Planalto do Paraná, no município de Palmeira, a cerca de 25 quilômetros em linha reta ao leste da sede municipal, nas proximidades das duas rodovias hoje asfaltadas, que ligam Curitiba à Ponta Grossa e Palmeira, respectivamente. (ELFES, 1973)

Os “menonitas” formaram uma das várias correntes dos anabatistas (nome dado aos que batizam apenas adultos), e levam este nome que deriva de Menno Simons, um dos líderes reformistas radicais que buscavam a desvinculação total entre a igreja e o Estado.

Menno Simons nasceu em 1496, em Witmarsum, em uma pequena aldeia na província de Friesland, Norte da Holanda [...]. Ordenado padre católico

em 1524, suas opiniões religiosas divergentes da Igreja d Estado levaram-no a estudar atentamente o Novo Testamento e os escritos de Martinho Lutero. Em 1537 tornou-se pregador anabatista, e revelou-se um missionário incansável, transmitindo a nova fé através das regiões da Frisia; Sul da Holanda e Alemanha. (CAMARGO, 2000, p. 7)

De acordo com Camargo (2000) Menno Simons pregava em uma igreja livre e pacifista, desvinculada dos governos. Morreu dia 31 de janeiro de 1561. Proclamava a sua fé em Jesus Cristo e tinha a Bíblia como autoridade máxima de sua doutrina. Abeck (1980) afirma ainda que embora o solo ocupado por esses imigrantes menonitas fosse de péssima qualidade, o conhecimento, a vontade firme de trabalhar, e a formação religiosa uniforme permitiu que este povo subsistisse e, mais ainda, prosperasse mesmo sob condições insatisfatórias. (ABECK, 1980)

De acordo com Abeck, esses colonos que se dedicaram desde o início às atividades de pecuária leiteira se destacaram com a venda de produtos sob a marca “CANCELA” na região de Curitiba. Abeck destaca que o esforço por manter viva a língua dos ancestrais, a fé e religião, assim como a estrutura educacional por eles dirigida é digna de admiração.

A Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda foi fundada com a participação de 38 sócios, e em 1956, contava em sua estrutura com 91 sócios e 9 funcionários. Até o ano de 1967, as atividades da cooperativa estavam baseadas exclusivamente na produção de leite, chegando neste ano em 4.542.102 litros de produção. A partir de 1968 suas atividades começaram a ser diversificadas com a criação de aves, chegando em seu patamar máximo de 7.017 toneladas no ano de 1997. Em 1976 iniciaram-se as entregas de grãos na cooperativa, dentre eles a soja e o trigo, e mais adiante, em 1981 o milho. Outros grãos também passaram a fazer parte do portfólio da cooperativa, embora em menor quantidade, como a canola e o triticales.

Em 1981 iniciaram-se as atividades na fábrica de ração, que começou com a produção de 7.790 toneladas por ano, e no ano de 2010 registrou uma produção de 28.421 toneladas. Em 2003 o setor de queijos iniciou as suas atividades, e expandiu de uma produção inicial de 9 toneladas para 234 toneladas em 2010.

Gradualmente pode se perceber o aumento de sócios da cooperativa, chegando ao número máximo de 463 cooperados em 1996. Porém este número caiu significativamente chegando a 264 em 2001 e conta com 317 sócios em 2010. Da mesma forma, o número de funcionários chegou em 572 no ano de 1995, e

atualmente está no patamar de 134 colaboradores. (Relatório do Conselho de Administração, Palmeira, 2010).

2.5 ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA

Marion (1996) afirma que em um mundo com mudanças significativas ocorrendo em uma velocidade acelerada em todos os níveis socioeconômicos, é exigido um esforço considerável por parte das empresas no sentido de aperfeiçoamento, e a demanda por recursos humanos qualificados na agroindústria é cada vez maior.

O autor aponta também que embora exista no país a formação de excelentes profissionais de cunho técnico (agrônomos, veterinários e zootecnistas) existe a escassez de profissionais de alto nível para gerenciamento administrativo, controle financeiro, economia e contabilidade agroindustrial.

Para Marion (1996) numa abordagem de negócios na Administração Agropecuária, é necessário obter ferramentas para descrever financeiramente as atividades em andamento e evidenciar seu desempenho. Muitos administradores rurais reconhecem a necessidade da Contabilidade, reivindicam um quadro de informações básicas para a tomada de decisões e utilizam alguns relatórios contábeis, porém são analisados por vezes de forma superficial, sem adequada consideração das informações necessárias ou adequado conhecimento de como esses relatórios devem ser interpretados.

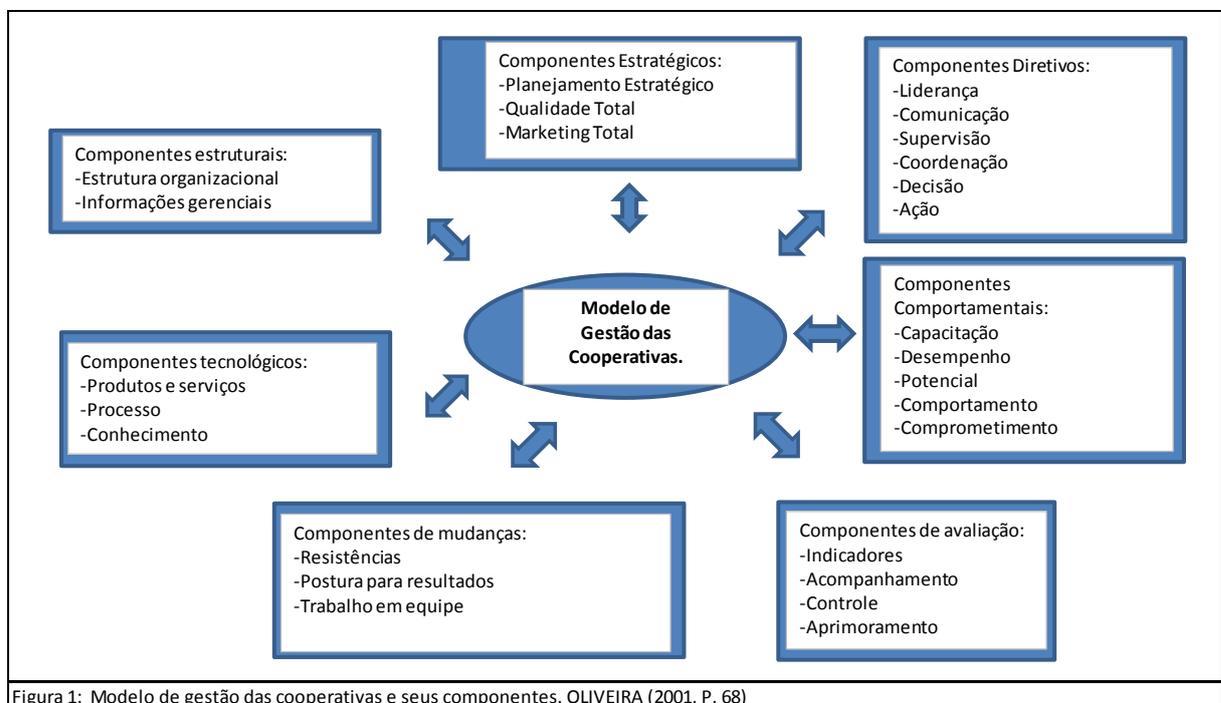
De maneira geral, a Contabilidade acaba sendo mantida por estes administradores apenas para prover dados necessários para sua declaração de imposto de renda. Todavia, diversas outras razões, principalmente de ordem financeira deveriam ser consideradas, como por exemplo: analisar o desempenho financeiro e a força do empreendimento, justificar a necessidade de empréstimos e financiamentos, analisar a eficiência da produção, avaliar a capacidade de pagar seus compromissos, prover dados para a avaliação de investimentos, etc. (MARION, 1996)

De maneira geral, a contabilidade gera constantemente informações relacionadas a lucratividade, liquidez e risco do negócio. Várias formas de análise podem ser utilizadas a partir dos dados fornecidos pela contabilidade, a fim de manter uma gestão eficiente dos recursos e processos que a organização mantém.

O conceito de gestão deriva do latim, *gestione*, e significa gerir, gerência, administração de empreendimentos (MARION, 1996)

Para Oliveira (2001), Gestão pode ser conceituada como o processo interativo de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados. Oliveira apresenta um modelo de gestão das cooperativas constituído de sete componentes que atua de forma interligada e interativa, conforme demonstrado na Figura 1:

Figura 1: Modelo de gestão das cooperativas e seus componentes



Dentre estes componentes apresentados pelo autor, serão evidenciados os Componentes e de avaliação. Oliveira (2001) subdivide os componentes de avaliação em quatro subtópicos, descritos da seguinte forma:

- Indicadores de desempenho são parâmetros e critérios de avaliação previamente estabelecidos, que permitem a verificação da realização, bem como da evolução da atividade ou do processo da cooperativa.
- Acompanhamento é a verificação em tempo real, da realização e da evolução das atividades dos processos na cooperativa.
- Controle é a função do processo administrativo das cooperativas que, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, procura medir, controlar e avaliar o desempenho e o resultado das estratégias, projetos e ações, com a finalidade de realimentar os tomadores de decisões, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em outras funções do processo administrativo das cooperativas, para assegurar que os resultados satisfaçam às metas e aos objetivos estabelecidos.

- Aprimoramento é o processo evolutivo, desenvolvido de forma gradativa, acumulativa e sustentada, para melhoria contínua do modelo de gestão e dos resultados da cooperativa. (OLIVEIRA, 2001, p. 75)

Estes componentes do modelo de gestão podem ser direcionados à gestão econômica e financeira das empresas, e se aplica inclusive na administração das cooperativas. De acordo com Marion (1996), a gestão econômica, pode ser definida como:

o conjunto de decisões e ações orientado por resultados (objetivos) econômicos, mensurado conforme conceitos econômicos. [...] a gestão procura avaliar as formas pelas quais a empresa atinge seus objetivos, com base no planejamento, execução e controle das atividades. (MARION, 1996, p. 139)

E é exatamente esta esfera de gestão e análise econômica e financeira que irá se abordada neste trabalho. Silva (1999) afirma que a análise financeira de uma empresa consiste em um exame dos dados disponíveis da empresa, como as demonstrações financeiras, entre outras, que afetam financeiramente a empresa. Para Silva (1999), é importante que cada empresa analise seus próprios dados a fim de conhecer os resultados alcançados.

A avaliação de empresas por meio da coleta e análise de informações detalhadas do negócio, visa prover sinergias, reduzir impostos, garantir melhor economia de escala, melhorar as condições competitivas e expandir a participação de mercado da empresa investidora. (SANTOS, 2005, p. 8)

2.5.1 Análise Através de Índices de Desempenho

Um dos métodos disponíveis de análise de empresas é a avaliação por meio de índices de desempenho. Estes índices podem ser classificados em: Índices de Liquidez, Endividamento, Imobilização, Lucratividade, Cobertura, Rotatividade e Rentabilidade. (SANTOS, 2005)

2.5.1.1.Liquidez

Mensuram a capacidade da empresa de pagar suas obrigações. Pode ser Subdividida em:

a) Índice de Liquidez Corrente: Mensura a capacidade da empresa pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques.

$$I_{LC} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) Índice de Liquidez Imediata: Mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras (Caixa + Aplicações Financeiras)

$$I_{LI} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Índice de Liquidez Seca: Mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras e contas a receber, excluindo os estoques.

$$I_{LS} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) Índice de Liquidez Geral: Mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações totais com os seus ativos de curto e longo prazos.

$$I_{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Relizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Os índices de liquidez são considerados satisfatórios quando se constata que aumentos ou reduções no valor de Ativos Circulantes não comprometem a capacidade de pagamento da empresa nem representam perdas financeiras pelo uso ineficiente de caixa. (SANTOS, 2005, p. 15)

2.5.1.2 Endividamento

De acordo com Santos (2005) os índices de endividamento mostram a proporção do total de ativos financiados por dívidas ou capital de terceiros.

- a) Índice de Endividamento Total: Mostra a participação percentual de recursos de terceiros no financiamento do ativo ou investimento total.

$$I_{ET} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$$

- b) Índice de Alavancagem: Mostra a proporção entre dívidas e capital dos proprietários no financiamento dos ativos.

$$I_A = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Os índices de endividamento são considerados satisfatórios quando se verifica que aumentos ou reduções de endividamento geram contrapartida de aumento nas margens de lucratividade (operacional e líquida). (SANTOS, 2005, p. 16)

2.5.1.3 Imobilização

Mostra a quantidade de recursos de longo prazos aplicado em imobilizações. (Máquinas, equipamentos e instalações)

- a) Índice de Imobilização

$$I_I = \frac{\text{Ativo Imobilizado Bruto - Depreciação Acumulada}}{\text{Patrimônio Líquido + Empréstimos de Longo Prazo}}$$

O Índice de Imobilização somente é considerado satisfatório quando se constata que investimentos em ativos imobilizados estão gerando contrapartida de aumento na receita líquida de vendas, no lucro operacional e nos fluxos líquidos de caixa – durante e após o período de recuperação do capital investido (*payback*). (SANTOS, 2005, p. 17)

2.5.1.4 Lucratividade

Os indicadores mostram a capacidade da empresa de gerar lucro em sua atividade operacional.

- a) Margem de Lucratividade Operacional: Mostra se a empresa foi eficiente no período, gerando lucro em sua atividade operacional.

$$M_{LO} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

- b) Margem de Lucratividade Líquida: Mostra se a empresa foi eficiente no período, gerando lucro em sua atividade operacional e após o pagamento do imposto de renda e dividendos.

$$M_{LL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

A situação da empresa sempre será favorável quando se verifica aumento na receita líquida de vendas e nas margens de lucratividade (operacional e líquida). Deve-se destacar que a principal margem de lucratividade é a operacional, uma vez que está diretamente relacionada com o risco do negócio, ou seja. Com a capacidade da empresa de gerar faturamento superior aos desembolsos de caixa (custos + despesas operacionais). (SANTOS, 2005, p. 20)

2.5.1.5 Cobertura

- a) Índice de Cobertura de Juros com o Lucro Operacional: Mostra a capacidade da empresa em gerar lucro operacional para cobrir as despesas financeiras (juros) geradas em empréstimos bancários.

$$I_{CJ} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Despesas Financeiras}}$$

2.5.1.6 Rotatividade

Mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas e caixa, assim como estimam a rapidez com que as dívidas com fornecedores são amortizadas. (SANTOS, 2005)

- a) Prazo Médio de Estoques: Mensura o período médio de conversão dos estoques em venda.

$$PME = \frac{\text{Estoques X Período}}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}}$$

- b) Prazo Médio de Recebimento: Mensura o período médio de conversão das duplicatas a receber em caixa.

$$PMR = \frac{\text{Duplicatas a Receber X Período}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

- c) Prazo Médio de Pagamentos: Mensura o período médio de amortização das dívidas com os fornecedores.

$$PMP = \frac{\text{Fornecedores X Período}}{\text{Compras}}$$

Os três indicadores de rotatividade mostram uma situação favorável para a gestão de fluxo de caixa, uma vez que tanto os estoques como as duplicatas a receber estão sendo convertidos em venda e caixa mais rapidamente. (SANTOS, 2005, p. 24)

A importância de acompanhar estes índices se deve ao fato de ser necessário manter os prazos de recebimentos e pagamentos casados a fim de evitar desfalques de caixa.

2.5.1.7 Rentabilidade

Mostram o retorno obtido sobre o investimento realizado.

- a) Retorno sobre o Investimento: Mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros com seus ativos.

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

- b) Retorno sobre o Patrimônio Líquido: Mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros sobre o investimento realizado pelos proprietários.

$$\text{RPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

2.5.2 Técnicas de Análise das Demonstrações Financeiras

Entende-se como análise financeira a avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e lucratividade de um negócio ou projeto. Como base para as análises, é usual que se utilize as demonstrações financeiras da empresa em questão.

Para que a administração maximize o valor de uma empresa, ela deve aproveitar suas forças, e corrigir suas fraquezas. A análise das demonstrações financeiras envolve a comparação do desempenho da empresa com o de outras empresas no mesmo setor. Isso a ajuda a identificar deficiências e a tomar medidas que melhorem o desempenho. (WESTON, 2000, P. 33)

De acordo com Silva (1999), as razões mais frequentes que levam ao desenvolvimento da análise de uma empresa tendem a ser de caráter econômico-financeiro. Silva (1999) destaca que a análise financeira não pode se limitar a indicadores apenas de natureza financeira, pois, segundo ele, existem diversos outros fatores que causam impacto na saúde financeira da empresa.

Silva (1999) subdivide o processo de análise financeira em seis fases, que seriam

- Coleta de dados: Obtenção das demonstrações financeiras e outras informações pertinentes.

- Conferência: Consiste em uma pré-análise para verificar se as informações estão completas, compreensíveis e se são confiáveis.

- Preparação: É a fase de adequação das demonstrações financeiras para fins de análise. (Reclassificação das demonstrações financeiras)

- Processamento: processamento das informações e emissão dos relatórios no formato interno da instituição, como o próprio balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, assim como a evolução do investimento operacional em giro, indicadores de lucratividade, estrutura e liquidez.

- Análise: Fase de análise das informações disponíveis, observando as tendências apresentadas pelos números e todas as demais conclusões que possam ser extraídas do processo, com foco principalmente à análise do risco.

- Conclusão: Consiste em identificar, ordenar, destacar e escrever sobre os principais pontos e recomendações acerca da empresa.

2.5.2.1 Reestruturação do balanço patrimonial

De acordo com Silva (1999), a padronização ou reclassificação das demonstrações financeiras para fins de análise tem como objetivos organizar as contas contábeis em um padrão que atenda as diretrizes técnicas para determinada finalidade. Esta reclassificação é o primeiro passo para a análise destas demonstrações, uma vez que se compararmos os dados publicados com os reclassificados pode-se perceber mudanças substanciais em sua estrutura, o que tornará possível obter um conjunto de indicadores e relatórios que possibilitem a tomada de decisão por parte da empresa/ analista.

Fleuriet (2003) padroniza essa reclassificação de demonstrações financeiras subdividindo-as em contas errática, cíclicas e não cíclicas.

As contas erráticas são contas de curto prazo não necessariamente renováveis ou ligadas à atividade operacional da empresa. Dentre elas, pode-se destacar as contas: Disponível, Títulos negociáveis, e outros ativos de curto prazo, (Ativo), assim como Duplicatas descontadas e Obrigações de curto prazo (Passivo). (FLEURIET, 2003)

As contas cíclicas, são aquelas consideradas renováveis e diretamente ligadas às atividades operacionais da empresa, como Clientes, Estoques, despesas pagas antecipadamente (Ativo), assim como Fornecedores e Outras obrigações de curto prazo (Passivo).

Por sua vez, as contas não cíclicas são aquelas que representam aplicações por prazo superior a um ano. As contas não cíclicas do ativo são: Realizável a longo prazo, Investimentos, Ativo Imobilizados e Ativos Diferidos. Já as contas não cíclicas do passivo são as Obrigações a Longo Prazo, Resultado de exercícios futuros, Capital realizado, Reservas de lucros, Reserva de capital e Reservas de reavaliação. (FLEURIET, 2003)

2.5.2.2 Análise Vertical e Horizontal

Quando desenvolvemos a chamada análise de demonstrações financeiras, estamos utilizando nosso conhecimento sobre a empresa, bem como as informações obtidas por meio das demonstrações financeiras, com o intuito de compreender e avaliar aspectos como: (1) a capacidade de pagamento da empresa mediante a geração de caixa; (2) capacidade de remunerar investidores gerando lucro em níveis compatíveis com suas expectativas; (3) nível de endividamento, motivo e qualidade do endividamento; (4) políticas operacionais e seus impactos na necessidade de capital de giro da empresa; (5) impacto das decisões estratégicas relacionadas a investimentos e financiamento, por exemplo. (SILVA, 1999, p. 202)

Uma das formas de análise das demonstrações financeiras é a análise vertical e horizontal, que contribui na interpretação da estrutura empresarial e suas principais tendências. Silva (1999) enfatiza que embora essas técnicas sejam essenciais e se completam, devem ser usadas como um dos instrumentos de análise, e não como o único recurso do analista.

O primeiro propósito da análise vertical (AV) é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a determinado referencial. (SILVA, 1999, p. 203)

Silva (1999) afirma que a simples identificação da representatividade de um item em relação a um determinado referencial pode não ser suficiente para possibilitar uma conclusão sobre a situação da empresa. O ideal é que se observe a tendência da representatividade de cada item ao longo de dois ou mais exercícios.

Já a análise horizontal (AH), tem como propósito permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras. (SILVA, 1999)

2.5.3 Ciclometria

Santos (2001) enfatiza que durante anos, a Administração Financeira foi meramente executiva, e era considerada uma simples extensão da administração geral. Porém em virtude da crescente complexidade da economia brasileira e da expansão e sofisticação do mercado financeiro, surgiram maiores exigências às funções financeiras.

Para Santos (2001), uma das maiores preocupações dos gestores financeiros é solucionar problemas relacionado ao capital de giro, como financiamento de estoques, gerenciamento da inadimplência de clientes e administração das insuficiências de caixa. As necessidades de capital de giro para uma empresa dependem das características de seu processo de produção ou operação. Por isso é necessário que se conheça quais são os ciclos operacional e financeiro, assim como o giro de caixa, e o caixa operacional mínimo da organização.

Sobre estes conceitos, Santos (2001) discorre da seguinte forma:

Ciclo operacional é o intervalo de tempo gasto na execução de todas as atividades, ilustrado a seguir:

Figura 2: Ciclo Operacional

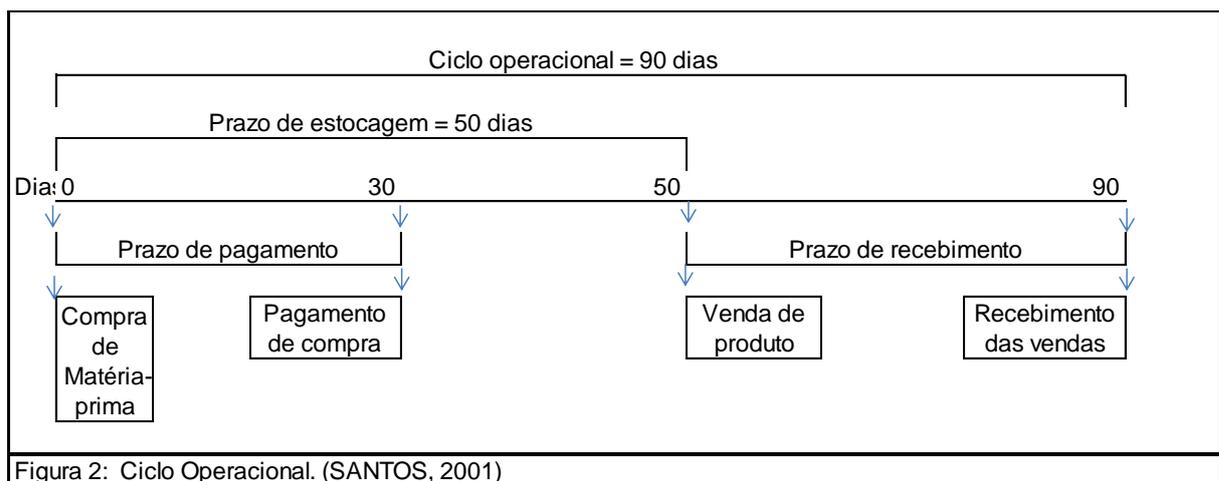


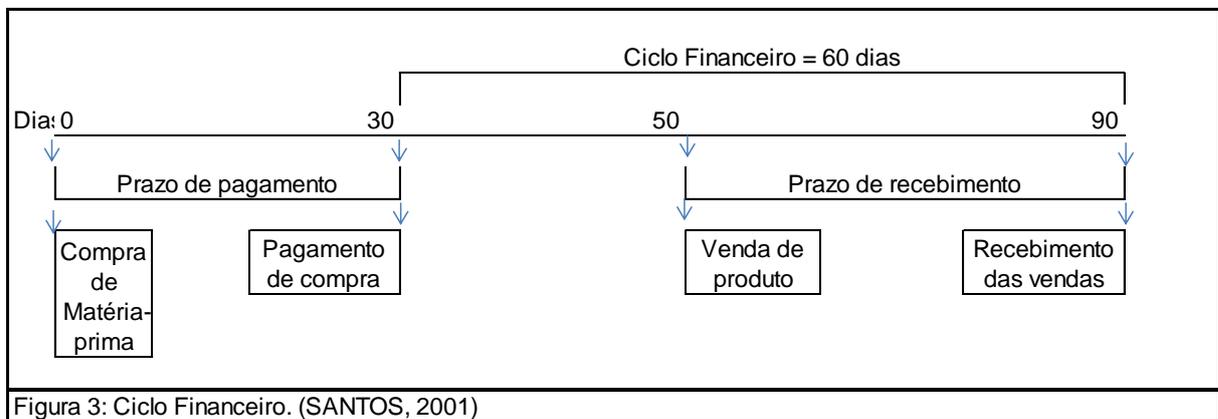
Figura 2: Ciclo Operacional. (SANTOS, 2001)

A duração de cada fase integrante do ciclo operacional tem influência sobre o volume de recursos financeiros consumidos ou imobilizados na operação da empresa.

Já o ciclo financeiro é o intervalo de tempo entre os eventos financeiros ocorridos ao longo do ciclo operacional, representados pelo pagamento á fornecedores e pelo recebimento de vendas. Pode ser calculado considerando as seguintes variáveis: Prazo médio de pagamento a fornecedores (PP), prazo médio de fabricação/estocagem (PE) e prazo médio de recebimento de vendas (PR). (SANTOS, 2001) Esse ciclo é calculado pela seguinte fórmula, e melhor visualizado a seguir.

$$\mathbf{CF = PE + PR - PP}$$

Figura 3: Ciclo Financeiro



Já o giro de caixa, diz respeito a quantas vezes, ao longo de um ano ocorre o revezamento do caixa da empresa. Se considera 360 o número de dias de um ano, e o Giro de Caixa (GC) é dado pelo quociente entre 360 e o Ciclo financeiro (CF). (SANTOS, 2001)

$$\mathbf{GC = 360 / CF}$$

E o Caixa Operacional, por sua vez, demonstra o volume mínimo de recursos financeiros de que uma empresa precisa para o giro de suas operações.

Um método simples para o cálculo do caixa operacional, consiste em dividir o valor da projeção de desembolso anual de caixa (DAC) pelo giro de caixa (GC). Esse cálculo requer a projeção de lucro da empresa para o ano e também da destinação deste lucro. A projeção de desembolso anual deve abranger o pagamento a fornecedores e o desembolso com custos operacionais. (SANTOS, 2001, p. 18)

De forma simples:

$$\mathbf{CO = DAC / GC}$$

Os ciclos operacionais e financeiros interferem diretamente na estrutura do capital de giro da empresa. Uma empresa utiliza recursos materiais de renovação lenta, como instalações, equipamentos e móveis, e recursos materiais de rápida renovação, como os estoques, matérias-primas. Estes recursos materiais de renovação rápida, recebem o nome de Capital de Giro, e quanto maior for o capital de giro de uma empresa, maior será a necessidade de financiamento, seja com recursos próprios, seja com recursos de terceiros. (SANTOS, 2001, p. 22)

Uma forma de prever se há capacidade financeira na empresa de manter seu capital de giro no volume necessário é realização de suas operações e honrar com seus compromissos no vencimento são os índices de liquidez. A interpretação destes índices pode ser feita comparando-os com os de outras empresas, ou analisando sua evolução ao longo do tempo na própria empresa. (SANTOS, 2001, p.23)

2.5.3.1 Custo do Produto Vendido (CPV)

O cálculo do custo dos produtos vendidos, no caso de empresas industriais pode ser feito considerando: (SILVA, 1999, p. 139)

$$\text{Custo de Produção} = \text{Matéria-Prima} + \text{Mão de Obra Direta} + \text{Custos Indiretos de Fabricação}$$

Já no caso de empresas comerciais, é calculado considerando:

$$\text{Custo das mercadorias vendidas} = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque final}$$

2.5.3.2 Prazo Médio de Rotação dos Estoques (PMRE)

O Prazo Médio de Rotação dos Estoques Indica quantos dias em média, os produtos ficam armazenados na empresa antes de serem vendidos, e está relacionado com o volume de vendas e sua política de estocagem. Para Silva (1999), ao mesmo tempo que o volume de estoques representa certa potencialidade de serem transformados em dinheiro, a empresa compromete recursos na manutenção dos mesmos. O autor enfatiza ainda que se a empresa estiver mantendo seus estoques com recursos próprios, não necessariamente isso seria um risco para a organização, a menos que os altos níveis de estoques estejam tornando-a menos competitiva. Porém se a empresa utiliza empréstimos para mantê-los em alto nível, isso certamente traria um alto risco para a organização.

Para o cálculo do PMRE, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{PMRE} = \frac{\text{Estoque Médio}}{\text{Custro do Produto Vendido}} \times \text{Dias do período considerado (360)}$$

2.5.3.3 Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)

O prazo médio de recebimento de vendas indica em quantos dias em média a empresa leva para receber suas vendas. Silva (1999) afirma que o volume de duplicatas a receber de uma empresa decorre do montante de vendas a prazo e do prazo concedido aos clientes para pagamento.

A fórmula usada para o cálculo do PMRV é a seguinte:

$$\text{PMRV} = \frac{\text{Duplicatas a receber}}{\text{Vendas Líquidas + Imposto sobre as vendas}} \times \text{Dias do período considerado (360)}$$

2.5.3.4 Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)

O prazo médio de pagamento de compras indica quantos dias, em média, a empresa tem de prazo para pagar seus fornecedores.

$$\text{PMPC} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times \text{Dias do período considerado (360)}$$

2.5.3.5 Ciclo operacional

De acordo com Santos (2005):

Ciclo operacional corresponde ao período médio que vai desde a aquisição da matéria prima ou mercadoria até o recebimento da venda do produto acabado ou mercadoria. Trata-se de um período médio em que são investidos recursos nas operações sem que ocorram entradas de caixa correspondentes. Durante este período de descasamento de caixa, deve-se verificar como a empresa financiou as suas necessidades de capital de giro – com crédito de fornecedores ou com crédito de bancos. (SANTOS, 2005, p. 24)

O ciclo operacional é calculado pela fórmula:

$$\text{Ciclo Operacional} = \text{Prazo médio de estoques} + \text{Prazo médio de recebimento}$$

2.5.3.6 Ciclo financeiro

Já o ciclo financeiro, corresponde ao período médio que vai desde o pagamento aos fornecedores até o recebimento da venda do produto acabado.

O ciclo financeiro é calculado pela fórmula:

$$\text{Ciclo Financeiro} = \text{PME} + \text{PMR} - \text{Prazo médio de pagamento}$$

2.5.4 Análise do Capital de Giro

Weston (2000) conceitua Capital de Giro como sendo o investimento de uma empresa em ativos de curto prazo, como caixa, títulos negociáveis, estoques e contas a receber. Em suma, refere-se simplesmente aos ativos circulantes.

Para Weston (2000) a administração do capital de giro envolve a administração dos ativos e passivos circulantes de acordo com as diretrizes da política de capital de giro.

2.5.4.1 O modelo Fleuriet

Da necessidade de criar no Brasil métodos próprios no processo de gestão adequados a realidade do nosso país, o especialista Michel Fleuriet em conjunto com a Fundação Dom Cabral, elaboraram um novo modelo de gestão financeira, baseados em uma reestruturação no enfoque da análise contábil tradicional, que privilegiava a visão estática da empresa ao invés de sua dinâmica operacional.

Os conceitos básicos que estruturaram o modelo foi a Necessidade de Capital de Giro e o Efeito Tesoura.

Ambos os conceitos são instrumentos poderosos na gestão financeira, pois ajudam a definir a política de distribuição de dividendos e a fatia do autofinanciamento e de recursos de longo prazo que deverão ser alocados para financiar o saldo das contas cíclicas, vale dizer, as operações da empresa. Permitem também realizar o planejamento financeiro a curto e a longo prazo com bastante rapidez e flexibilidade. (FLEURIET, 2003, p. 1)

2.5.4.2 Capital de Giro

Fleuriet conceitua Capital de Giro (CDG) como a diferença entre o passivo permanente e o ativo permanente;

$$\text{Capital de Giro} = \text{passivo permanente} - \text{ativo permanente}$$

Em suma, o Capital de Giro possui o mesmo valor que o capital circulante líquido, e é um conceito econômico-financeiro, que constitui uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a Necessidade de Capital de Giro da empresa.

2.5.4.3 NCG, IOG OU KT

Quando, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação

permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo. Denomina-se de Necessidade de Capital de Giro (NCG) esta aplicação permanente de fundos. (FLEURIET, 2003, p. 7)

NCG	=	ativo cíclico - passivo cíclico
-----	---	---------------------------------

De acordo com Fleuriet (2003) a Necessidade de Capital de Giro é muito sensível às modificações que ocorrem no ambiente econômico em que a empresa opera. Porém a Necessidade de Capital de Giro depende basicamente da natureza e no nível de atividades dos negócios da empresa.

2.5.4.4 Saldo de Tesouraria

O Saldo de Tesouraria (T) define-se como a diferença entre o ativo e o passivo erráticos. Denominam-se como contas erráticas, aquelas que não são diretamente ligadas á operação da empresa, e cujos valores se alteram de forma aleatória.

Se o Capital de Giro for insuficiente para financiar a Necessidade de capital de giro, o Saldo de tesouraria será negativo. Se o Saldo de tesouraria for positivo, a empresa disporá de fundos de curto prazo que poderão ser aplicados em títulos de liquidez imediata, aumentando a margem de segurança da empresa.

2.5.4.5 Efeito Tesoura

De acordo com Fleuriet (2003), a maioria das empresas que operam com Saldo de Tesouraria frequentemente negativos apresentam uma situação financeira inadequada, revelando uma dependência excessiva de empréstimos de curto prazo que podem acarretar em um estado de insolvência da organização. Essa situação pode ainda ser potencializada em períodos de recessão econômica, onde uma diminuição significativa nas vendas acarreta em consequente aumento da Necessidade de Capital de Giro, obrigando as empresas a recorrer a empréstimos

O crescimento do Saldo de Tesouraria negativo é denominado de “efeito tesoura” (FLEURIET, 2003).

A fim de evitar o efeito tesoura, as empresas devem planejar a evolução do Saldo de Tesouraria, que depende de variáveis que afetam o autofinanciamento, da Necessidade de Capital de Giro, e das decisões estratégicas que modificam o

Capital de Giro. O autofinanciamento da empresa deve ser suficiente para financiar, pelo menos, os aumentos da sua NCG. (FLEURIET, 2003).

2.5.4.6 Tipologia

De acordo com o ciclo econômico e com a rentabilidade da empresa, o balanço patrimonial pode ser enquadrado em um tipo dentro dos mencionados abaixo.

TIPO 1

CDG	>	0 (no passivo)
NCG	>	0 (no ativo)
T	<	0 (no passivo)

No tipo 1, a Necessidade de Capital de Giro é maior do que o Capital de Giro, e por isso o Saldo de Tesouraria é negativo. Isso significa que a empresa financia parte da NCG com créditos a curto prazo. Em suma isso não é um problema se for uma situação temporária, porém, poderá trazer problemas de liquidez á empresa se seus créditos de curto prazo não forem renovados.

TIPO 2

CDG	>	0 (no passivo)
NCG	>	0 (no ativo)
T	>	0 (no ativo)

O tipo 2 revela uma estrutura financeira sólida, visto que dispõe de um Saldo de Tesouraria positivo que lhe permite enfrentar os aumentos temporários de Necessidade de Capital de Giro.

TIPO 3

CDG	<	0 (no ativo)
NCG	>	0 (no ativo)
T	<	0 (no passivo)

Empresas que se enquadram no tipo 3 apresentam elevado risco de insolvência, pois financia suas aplicações permanentes de fundos com fundos de curto prazo que não podem ser renovados.

TIPO 4

CDG	>	0 (no passivo)
NCG	<	0 (no passivo)
T	>	0 (no ativo)

O tipo 4, por sua vez, demonstra que o aumento das vendas durante o exercício aumenta o Capital de Giro, constituindo uma fonte de recursos e

aumentando o Saldo de Tesouraria. Empresas que tem essa estrutura financeira são mais sensíveis ao aumento e diminuição das vendas.

3 METODOLOGIA

Neste tópico será feita a classificação da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Quanto ao objetivo é uma pesquisa descritiva, e quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e documental.

Como metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo será efetuada uma pesquisa qualitativa, a qual considera uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, assim como interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. O processo e seu significado são os focos principais desta abordagem. (OLIVEIRA, 1999, p.116).

Gil (1994, p.44-45) aponta que existem três categorias básicas de pesquisa: exploratória, descritiva, ou explicativa. As pesquisas exploratórias têm como objetivam “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”; as descritivas buscam “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”; e as explicativas “tem como preocupação central identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Para que se possa delinear uma pesquisa desta natureza, de acordo com Gil (2002) é necessário que se siga algumas etapas. A Primeira etapa a ser seguida é a formulação do problema, que foi definido como “Qual a situação econômico-financeira da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda?”

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram feitos levantamentos de dados primários (levantados pelo próprio agente de pesquisa) e secundários (que dizem respeito a dados já levantados por outros). Em primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica embasando a pesquisa sobre os pilares do Agronegócio, do Cooperativismo no Brasil, e no Paraná, e dos conceitos e métodos de análise dos índices econômicos financeiros.

No segundo momento foram coletadas e tabuladas as informações contidas nos demonstrativos financeiros publicados pela própria Cooperativa, os quais foram interpretados e por fim as conclusões obtidas da pesquisa serão apresentadas em forma de uma análise de situação econômica-financeira da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum.

4 ANÁLISE SE DADOS

4.1 ATUALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELO IGPM

Para fins de análise o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício de 2007 á 2011 foram atualizados pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), e a partir desta atualização foram realizadas as análises vertical e horizontal dos dois relatórios.

4.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

4.2.1 Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial

Em 2007 a conta Créditos foi a mais representativa em termos percentuais do Ativo circulante, sendo que desta os créditos obtidos de associados é a mais relevante com 82,94% do ativo circulante total. Considerando o passivo deste mesmo período, os financiamentos bancários representam 96,84% dos passivos circulante e exigível a longo prazo. Além disso o passivo á descoberto representa 111,89% do ativo circulante. Houve uma expressiva alteração na conta Bancos Conta Movimento, passando de R\$ 62.559,64 em 2006 para R\$ 1.109.755,01 em 2007, o que representa um aumento de 5,49% no ativo circulante total em relação ao ano anterior. Os créditos com terceiros também tiveram um aumento de 27,30%, ao mesmo tempo que os impostos a recuperar diminuíram em 19,38% o que elevou o valor dos créditos em 3,27%. Os Estoques reduziram em 2,79%, dos quais o Datec foi o responsável por reduzir 82,86% seus estoques. As despesas do exercício seguinte aumentaram em 16,39% em relação a 2006, e o Ativo realizável a Longo prazo e o Ativo Permanente reduziram em 7,07% e 9,7% respectivamente. O Ativo diferido reduziu em 72,53% em 2007, e o Passivo a descoberto teve um aumento de 8,21% se comparado com o ano de 2006. O passivo circulante aumentou em 4,5% em relação a 2006, e sua composição teve alterações principalmente devido ao aumento de 30,34% na conta associados e 17,82% na

conta fornecedores. Em contrapartida houve uma redução de 69,27% nas obrigações sociais e tributárias e 39% nas contas a pagar. Já o exigível a longo prazo se manteve nos mesmos patamares do ano anterior, e a Receita Diferida aumentou em 35,16%.

Em 2008 o Ativo Circulante se manteve nos mesmos níveis do ano de 2007, porém com uma alteração em sua composição. As disponibilidades e os créditos reduziram em 24,2% e 3,93% respectivamente, ao passo que houve uma diminuição de créditos de associados e aumento dos impostos a recuperar. Os estoques por sua vez tiveram um aumento 59,17% em relação a 2007, e as divisões de Leite e cereais foram as responsáveis por este aumento. O Ativo realizável a longo prazo sofreu uma queda de 7,34%, e o passivo a descoberto e as perdas acumuladas se mantiveram estáveis com relação a 2007. O Passivo circulante se manteve em termos de valores com relação a 2007, porém houve um aumento de 11,62% na conta fornecedores e uma redução de 70,44% nas obrigações sociais e tributárias. O Passivo exigível a longo prazo reduziu em 7,57% e a receita diferida em 74,42% se comparado com 2007. A conta mais relevante do ativo continua sendo os créditos de associados, e a do passivo os financiamentos bancários que correspondem a 79,56% e 87,70% respectivamente do Ativo e passivo circulante.

Em 2009 os créditos de associados e os financiamentos bancários continuaram sendo as contas mais representativas do balanço, com um aumento de 10,34% e 15,56% com relação a 2008. As disponibilidades aumentaram em 7,75% devido ao aumento de 104,37% do caixa. Os créditos aumentaram em 10,13% e pôde-se perceber pelo segundo ano consecutivo um aumento expressivo dos impostos a recuperar. Os estoques 7,20% puxado pela expressiva queda de 12,64% dos estoques do setor de cereais. Em contrapartida a divisão de leite e queijos aumentou em 85,11% seus níveis de estoque com relação ao ano de 2008. O ativo realizável a longo prazo quase dobrou de 2008 para 2009, com um aumento de 98,13%. Neste momento a conta associados teve um salto de R\$7.922.623,46, representando um aumento de 314,34%. O ativo permanente aumentou 3% e o passivo a descoberto 16,45% em relação a 2008. O passivo circulante aumentou em 12,36% devido ao aumento das contas a pagar e das provisões de férias. O Exigível

á longo prazo se manteve nivelado ao ano anterior. A receita diferida por sua vez aumentou em 23,11%.

Em 2010, o Ativo Circulante caiu 5,15% devido a uma redução de 60,6% da conta Bancos. Em contrapartida, a conta Caixa teve um aumento de 23,85%. Os Créditos reduziram em torno de 2,97% em consequência da redução de 24,32% nos impostos á recuperar. Os estoques foram reduzidos em 14,62% por uma diminuição significativa nos estoques da Divisão de cereais, que em valores é a conta mais significativa dos estoques. O ativo realizável á longo prazo reduziu 2,72% em relação á 2009, e o imobilizado aumentou 28,30% em relação ao mesmo período. O passivo á descoberto e as perdas acumuladas aumentaram 2,69% e 1,56% respectivamente. O passivo circulante se manteve estável de 2009 á 2010, mesmo com o aumento de 25,15% dos associados e redução de 44,12% dos fornecedores. O Passivo exigível a longo prazo se manteve nos mesmos níveis do ano anterior, aumentando um pouco a participação dos financiamentos bancários . Já a receita diferida caiu 58,46% se comparada com os valores relativos á 2009.

Em 2011, o Ativo circulante teve um aumento de 12,15% devido á elevação significativa da conta Bancos de 174,47% (R\$ 384.814,72 em 2010 e R\$ 998.096,64 em 2011). Os créditos aumentaram em 11,11% e a participação de terceiros cresceu 54,29% de 2009 á 2010. Os Estoques aumentaram em 5,03%, e embora o Datec tenha aumentado seus estoques em 305,9% em relação ao ano anterior, por seu valor não ser expressivo não representou grandes alterações nesta conta. O Ativo realizável á longo prazo reduziu em 5% e o Ativo permanente aumentou 1,45%. O Passivo á descoberto cresceu 13,54%, assim como o Passivo circulante e o Exigível á longo prazo, que aumentaram respectivamente 12,72% e 9,27% com relação ao ano anterior. A receita diferida por sua vez aumentou 11,1% comparada ao ano de 2010.

4.2.1.1 Gráficos do Balanço Patrimonial

Gráfico 1 – Análise Vertical 2007

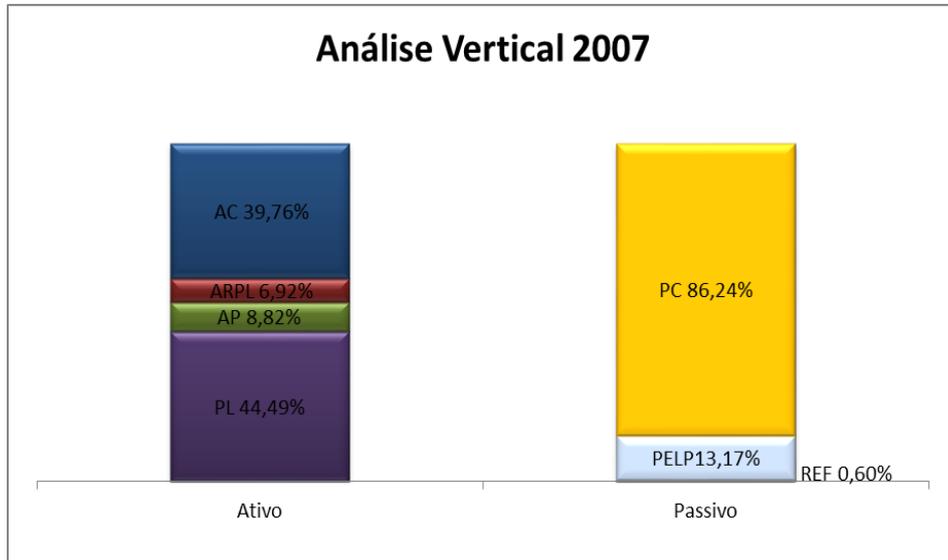


Gráfico 2 – Análise Vertical 2008

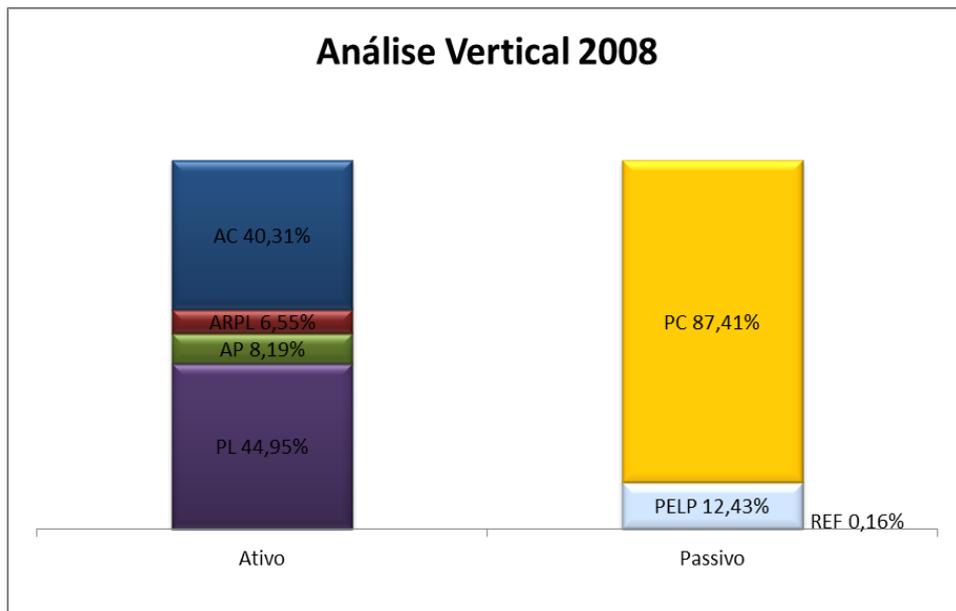


Gráfico 3 – Análise Vertical 2009

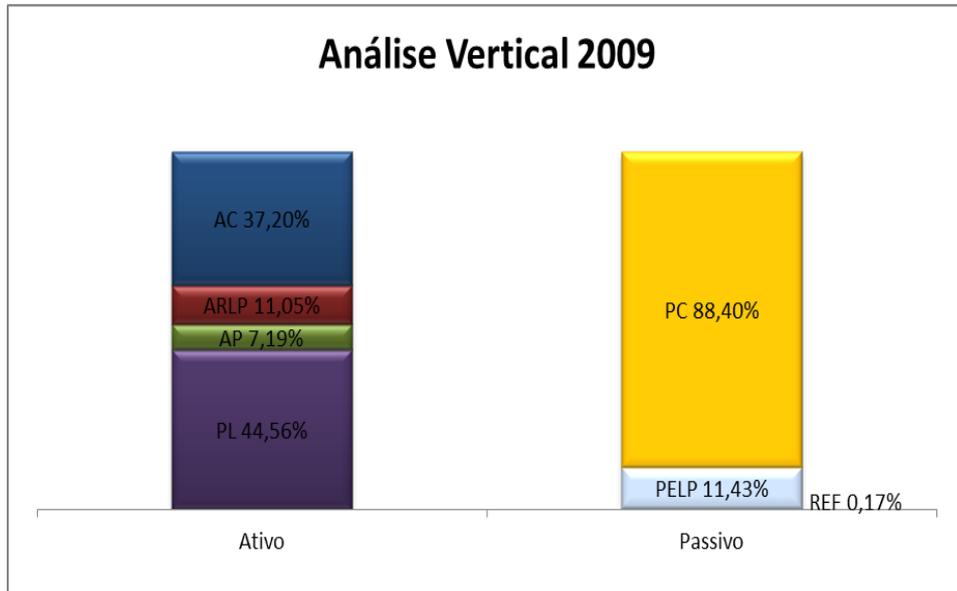


Gráfico 4 – Análise Vertical 2010

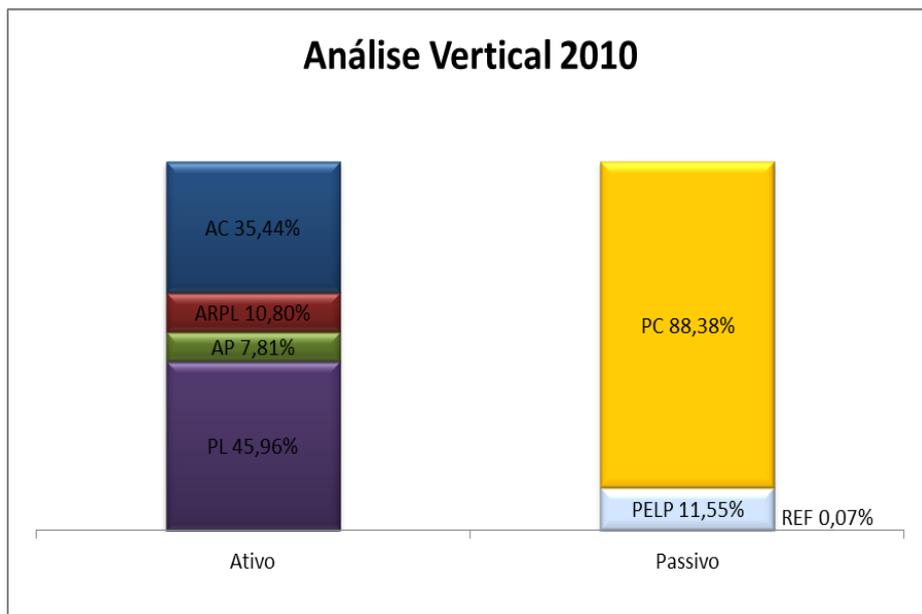
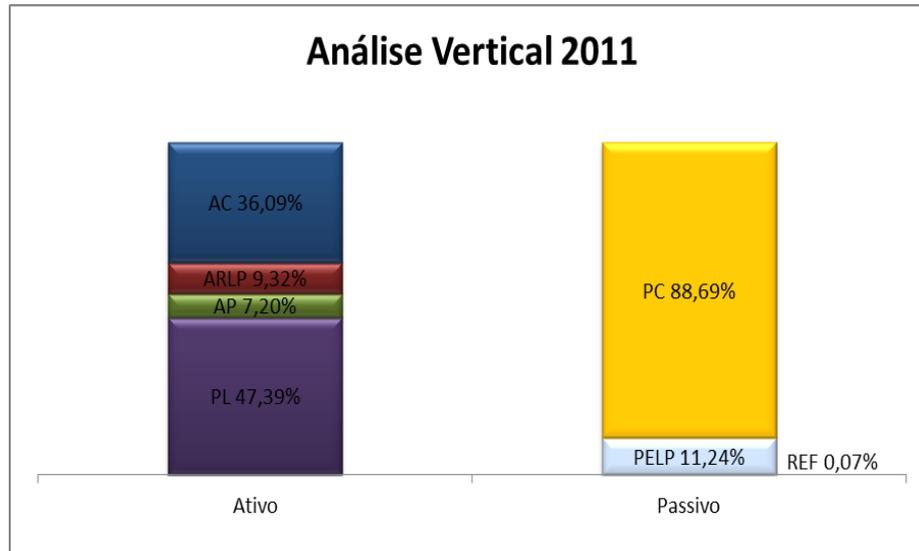


Gráfico 5 – Análise Vertical 2011



4.2.2 Análise Vertical e Horizontal das Demonstrações de Resultado do Exercício.

Em 2007, a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum teve um resultado Operacional positivo de R\$ 136.288,31, que representa 0,21% da Receita Operacional Bruta. Os Dispêndios e Custos dos Produtos Vendidos equivalem a 81,39% da receita operacional Bruta, enquanto as despesas operacionais representam 12,63%. Porém, o resultado financeiro e as perdas operacionais líquidas representam respectivamente 9,12% e 8,92% da receita, o que gera uma perda líquida do exercício de 2007 de aproximadamente 9% da Receita. Pôde-se observar uma melhora de 11,64% de 2006 para 2007 com relação às perdas do exercício, que se deram principalmente pela redução de 8,6% das despesas operacionais e de 2,26% no resultado financeiro de um ano para o outro.

Em 2008 a receita operacional bruta aumentou 5,31%, o que permitiu que o resultado operacional bruto tivesse uma melhora de 17,05% se comparado com 2007. Como as despesas operacionais se mantiveram praticamente estáveis, o resultado operacional antes do financeiro teve uma melhora de 1036,06% em relação a 2007. Como houve um aumento de R\$ 99.212,74 Nos ingressos e receitas financeiras, e as perdas operacionais líquidas também reduziram R\$ 1.654.292,87

de 2007 para 2008, houve uma melhora de 28,65% no resultado de 2008 em relação à 2007.

Em 2009 a receita operacional bruta aumentou em 1,99%, porém com o aumento de 5,61% no custo dos produtos vendidos o resultado operacional bruto caiu 8,95%. O resultado operacional líquido caiu 54,66% em relação ao ano de 2008, o que gerou uma piora no resultado de 56,69%.

Em 2010 a receita operacional bruta sofreu uma queda de 13,69% se comparada ao ano de 2009, gerando uma redução de receita operacional líquida de 14,14%. Porém houveram outras receitas operacionais no valor de R\$1.349.425,92 que permitiu que o resultado operacional antes do financeiro apresentasse um aumento de 13,14%. Além disso, o ingresso de outras receitas financeiras favoreceu para que a queda no resultado fosse menos significativa, equivalendo à 7,61% a menos que o ano anterior.

Em 2011 houve uma melhora baseada no aumento de 20,88% da receita operacional bruta. Porém as despesas operacionais também cresceram em 27,94%. Como não houveram entradas de outras receitas operacionais como no ano anterior o resultado operacional antes do financeiro caiu 88,23% em relação à 2010, o que refletiu em um aumento de 13,17% nas perdas líquidas do exercício se comparada com 2010.

4.2.2.1 Gráficos da Demonstração do Resultado

Gráfico 6 – Análise DRE 2007

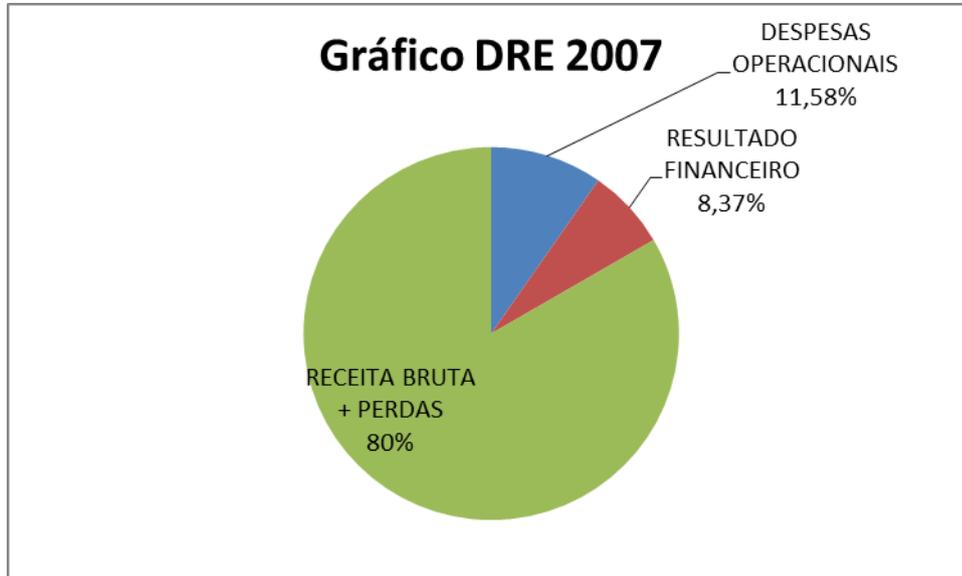


Gráfico 7 – Análise DRE 2008

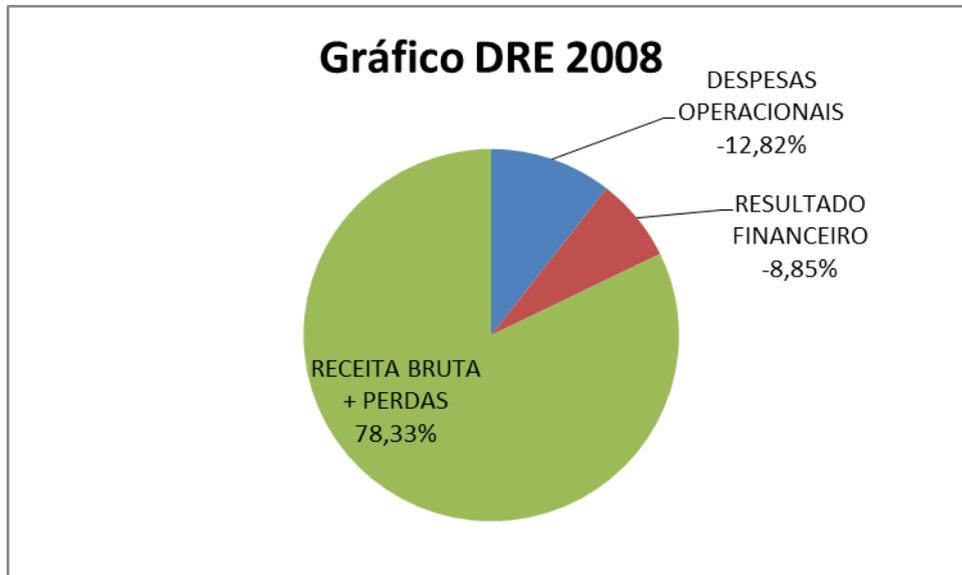


Gráfico 8 – Análise DRE 2009

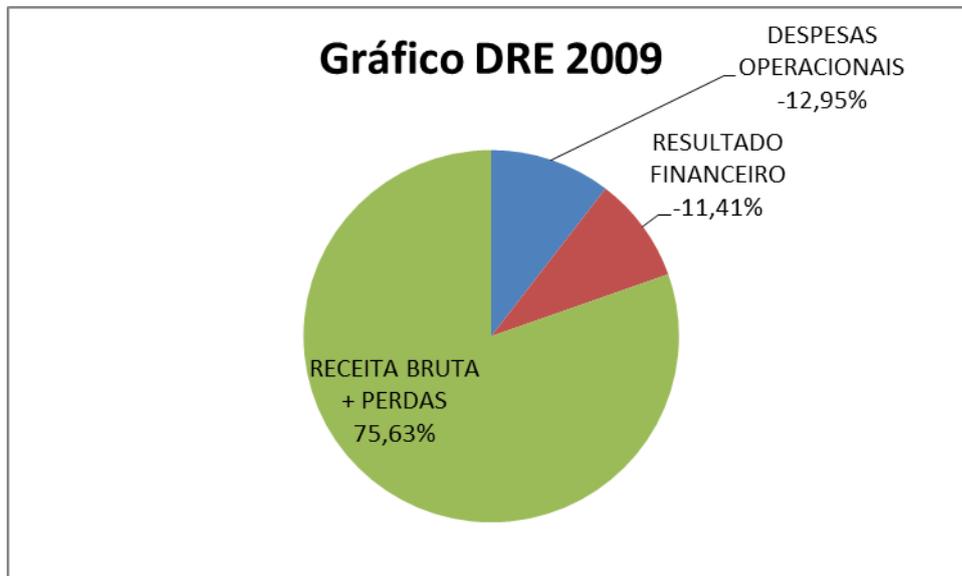


Gráfico 9 – Análise DRE 2010

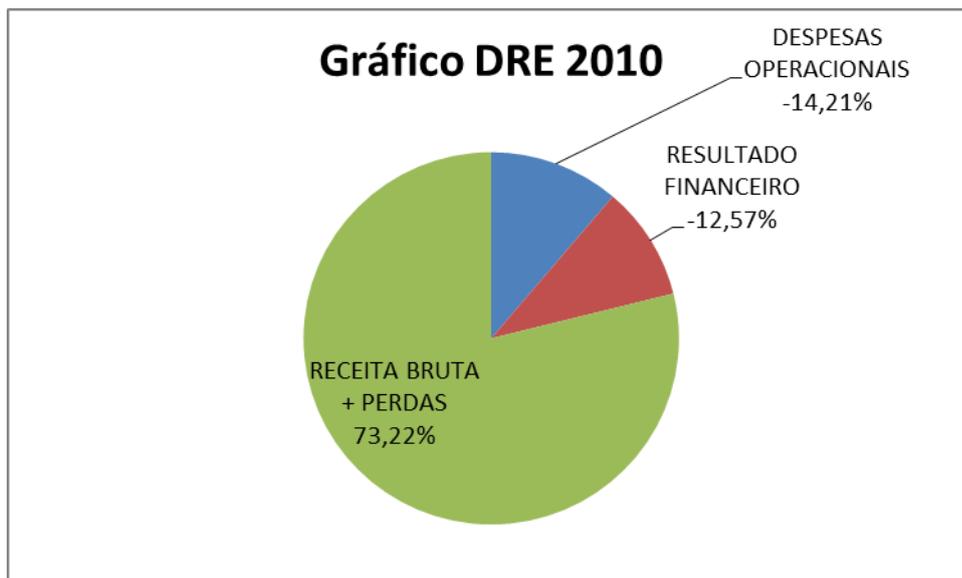
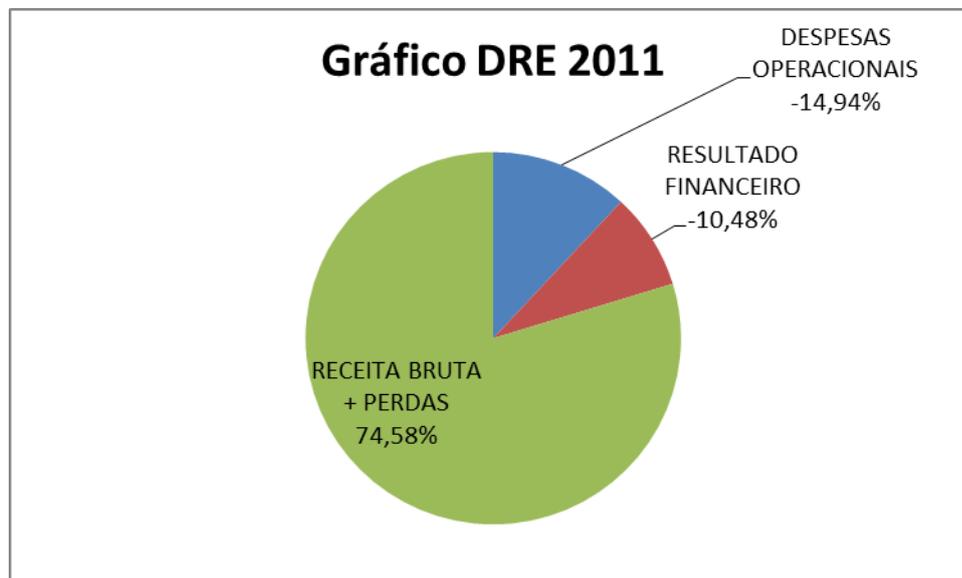


Gráfico 10 – Análise DRE 2011



4.3 CICLOMETRIA

O ideal em uma empresa é buscar sempre reduzir o prazo médio de estoques, aumentar o prazo de pagamentos aos fornecedores e reduzir o prazo de recebimento dos clientes. Obviamente, cada negócio tem suas particularidades, e cada caso deve ser detalhado e estudado de forma a otimizar esses recursos. Como a Cooperativa Witmarsum apresentou em todos os anos analisados dificuldades de caixa e de pagamento, seria interessante realizar essa análise de forma individualizada em cada setor, uma vez que por exercerem diferentes atividades, possuem diferentes ciclos operacionais e financeiros, e otimizando esses ciclos em cada departamento otimiza-se consequentemente a utilização de recursos da Cooperativa como um todo. Neste estudo porém, as análises foram realizadas com base nos demonstrativos financeiros consolidados. Além disso pela quantidade e variedade de departamentos da Cooperativa torna-se inviável realizar este estudo no presente momento, ficando como sugestão uma posterior análise neste sentido.

4.4 ANÁLISES ATRAVÉS DE ÍNDICES

4.4.1 Análise Financeira

Tabela 2 – Índices Análise Financeira

Análise Financeira	Índices	2007	2008	2009	2010	2011
	ILC	= 0,4611	0,4612	0,4449	0,4217	0,4196
	ILI	= 0,0146	0,0111	0,0107	0,0046	0,0102
	ILS	= 0,4333	0,4165	0,408	0,3903	0,3903
	ILG	= 0,4696	0,4693	0,5109	0,4866	0,4685
	IET	= 1,8016	1,8164	1,7065	1,7593	1,8436
	IA	= -2,247	-2,225	-2,123	-2,069	-2,047

a) Índice de Liquidez Corrente:

Em 2007 a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum possuía R\$ 0,46 de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Em 2008 esse índice se manteve nos mesmos patamares. Porém em 2009, pôde-se perceber uma redução nessa capacidade de pagamento, para R\$ 0,44, e em 2010 e 2011 esse índice continuou decrescendo para R\$ 0,42 e R\$ 0,41 respectivamente. Esse índice mostra que não haveria disponibilidades suficientes para quitar as obrigações de curto prazo caso fosse preciso.

b) Índice de Liquidez Imediata:

Este índice demonstra que o que a empresa teria de recursos imediatos disponíveis para cada R\$ 1,00 de dívida exigida a curto prazo. Embora este índice não seja de extrema relevância por demonstrar apenas as disponibilidades hoje para quitar obrigações que vencem em até 360 dias, preocupa o fato de se manter em todos os anos em torno de apenas R\$0,01.

c) Índice de Liquidez Seca:

Em 2007 para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante a empresa dispunha de R\$ 0,43 de Ativo a curto prazo sem realizar os estoques para saldar a dívida. Em 2008 esse índice caiu para R\$ 0,41, e continua decrescendo nos dois anos seguintes (R\$ 0,40 em 2009 e R\$ 0,39 em 2010). Em 2011 esse índice se manteve estável em relação à 2010. Este índice demonstra que a empresa não teria condições de quitar seus compromissos a curto prazo, pois estão abaixo de 1.

d) Índice de Liquidez Geral:

Para cada R\$ 1,00 de dívida total no primeiro ano, a empresa possuía R\$ 0,46 de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para saldar essas dívidas. Esse índice se manteve em 2008 e teve uma leve elevação em 2009 para R\$ 0,51, voltando a cair no ano seguinte para R\$ 0,48 em 2010 e R\$ 0,46 em 2011. Observa-se que em nenhum dos anos os níveis de liquidez são suficientes para pagar todos os compromissos com terceiros, denotando uma situação de falta de capital de giro próprio.

e) Índice de Endividamento Total:

Este índice demonstra que para cada R\$ 1,00 de capital próprio que a empresa necessitaria para manter suas atividades, ela utilizou em 2007 R\$ 1,80 de capital de terceiros. Em 2008 a situação é similar, utilizando R\$ 1,81. Em 2009 esse índice cai para R\$ 1,70, porém volta a subir R\$ 1,75 em 2010 e R\$ 1,84 em 2011. Esse índice denota uma dependência exagerada de recursos de terceiros.

f) Índice de Alavancagem:

Este índice mede o endividamento da empresa, e o ideal é que se mantenha abaixo de 1. Em 2007, este índice estava em R\$2,24, mostrando que o nível de alavancagem, ou seja, a proporção de ativos totais da empresa financiada por credores está muito acima do ideal. Isso denota um grande risco de insolvência, e embora esse índice tenha reduzido gradativamente, alcançando R\$ 2,22 em 2008, R\$2,12 em 2009, R\$ 2,06 em 2010 e R\$ 2,04 em 2011, a empresa está com uma alavancagem excessiva.

4.4.2 Análise Econômica

Tabela 3 – Índices de Análise Econômica

Análise Econômica	Índices	2007	2008	2009	2010	2011
	M LO	= 0,2192	2,371	1,0396	1,37	0,1353
	M LL	= -9,539	-6,481	-9,822	-10,57	-10,03
	ICJ	= -2,243	-24,38	-9,163	-9,015	-1,107
	ROI	= -10,73	-7,883	-11,57	-10,94	-11,78
	RPL	= 13,381	9,6564	12,993	11,69	12,33

a) Margem de Lucratividade Operacional:

A Margem de Lucro operacional em 2007 estava em R\$ 0,21 a cada R\$ 100,00 em vendas. Em 2008, este índice teve uma melhora significativa, subindo para R\$ 2,37, porém, ainda muito abaixo do esperado. Em 2009 este índice voltou a cair, ficando em aproximadamente R\$ 1,03, subindo um pouco em 2010 para R\$ 1,37, e voltando a cair em 2011, para R\$ 0,13.

b) Margem de Lucratividade Líquida:

Considerando o resultado financeiro, a Margem de Lucro Líquida apresentou em todos os anos porcentagens negativas. Em 2007, Cooperativa teve uma margem de Lucro Líquido negativa em 9,53%. No ano seguinte, em 2008, embora tenha melhorado um pouco, a margem ficou em - 6,48%, voltando a cair no ano seguinte, em 2009 para -9,82%, -10,57% e -10,03% em 2010 e 2011 respectivamente.

c) Índice de Cobertura de Juros com o Lucro Operacional:

Pode-se observar que em todos os períodos analisados, a empresa teve os índices de Cobertura de Juros negativos, ou seja, inferiores a 1. Isso indica que a empresa não conseguiu gerar lucro nem para pagar suas despesas com juros, caracterizando uma situação financeira crítica.

d) Retorno sobre o Investimento:

Representa o retorno que o ativo total empregado oferece. Em 2007, a cooperativa apresentou um retorno negativo em -10,73%. Em 2008, este índice subiu um pouco,

fechando em -7,88%. Já em 2009 este índice voltou a cair para -10,44%, seguido de 9,94% em 2010 e 11,11% em 2011.

e) Retorno sobre o Patrimônio Líquido:

Refere-se a capacidade da empresa de agregar valor á ela mesma utilizando seus próprios recursos. No caso da Cooperativa Witmarsum, O Lucro Líquido na realidade são perdas líquidas, portanto, negativas. Já o Patrimônio Líquido é um Passivo á Descoberto, igualmente negativo. Em 2007, o Retorno sobre o PL foi de 13,38%, seguido de 9,65% em 2008, 12,99% em 2009, 11,69% e 12,33% em 2010 e 2011 respectivamente. Porém estes índices não revelam retorno, pois foram calculados baseados em perdas, e não em lucro, e em passivo á descoberto, e não em patrimônio líquido.

f) Índices de Rotatividade

A Cooperativa Witmarsum apresenta em sua estrutura distintos setores. Entre eles, é possível citar: Dilei, Leite Cancela, Armazenagem de grãos, Farmácia Veterinária, Posto de Combustíveis, Entrepósitos de Palmeira, Quero-quero, Ponta Grossa e Rodovia do Café, Fábrica de Rações, Supermercado, Insumos, Sementes, Óleo Vegetal, Unidade de Beneficiamento de sementes, Queijos finos, etc. Por este motivo, torna-se dispensável realizar o cálculo dos prazos médios de estoques, recebimentos e pagamentos, uma vez que esses índices não demonstrariam de forma fiel a situação da empresa. Torna-se interessante realizar essa análise de forma mais detalhada em cada setor, a fim de ajustar os ciclos financeiros e operacionais de cada departamento individualmente, gerando desta forma uma otimização de maneira geral na Cooperativa.

4.4 ANÁLISE AVANÇADA DE CAPITAL DE GIRO

4.4.1 Reestruturação

Tabela 4 - Balanço reestruturado – Análise Avançada

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
	EM R\$					
ATIVO						
CIRCULANTE	27.518.238,99	30.833.648,95	34.229.666,44	36.513.271,77	38.188.888,79	42.830.218,73
Disponibilidades	194.454,27	975.724,83	827.448,32	877.487,89	419.082,23	1.045.090,52
ACF Caixa	32.232,54	26.790,16	20.184,29	40.596,47	55.441,99	46.993,88
ACF Bancos conta movimento	45.836,02	863.679,17	777.264,03	836.891,42	363.640,24	998.096,64
ACF Aplicações financeiras liquidez imediata	116.385,71	85.255,50	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Créditos	25.511.052,24	27.983.875,00	30.079.437,56	32.601.370,90	34.882.305,12	38.757.810,35
ACC Associados (Nota 04)	23.726.636,64	25.574.201,27	27.233.492,97	29.574.141,33	31.067.175,57	32.878.139,28
ACC Terceiros (Nota 05)	1.777.761,51	2.403.975,62	2.836.137,09	3.012.133,62	3.802.531,02	5.867.016,87
ACC Impostos a recuperar	6.654,09	5.698,11	9.807,50	15.095,95	12.598,53	12.654,20
Estoques (Nota 06)	1.801.298,60	1.859.913,22	3.312.170,07	3.025.080,75	2.848.193,50	2.991.358,79
ACC Divisão de leite/queijos	136.370,38	104.320,74	174.252,29	317.452,66	489.573,62	566.652,10
ACC Divisão de cereais	1.643.424,67	1.737.732,67	3.122.752,84	2.685.772,77	2.332.012,80	2.395.872,68
ACC Datec	1.288,22	234,60	85,00	85,00	1.084,21	4.400,80
ACC Almoxeirados	20.215,33	17.625,21	15.079,94	21.770,32	25.522,87	24.433,21
ACC Despesas do exercício seguinte	11.433,88	14.135,90	10.610,49	9.332,23	39.307,94	35.959,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.435.121,86	5.365.128,43	5.562.261,27	5.547.002,96	6.330.257,48	7.480.130,89
ANC Associados (Nota 04)	2.389.248,74	2.318.309,25	2.194.642,92	1.896.974,46	1.607.887,09	1.256.310,06
ANC Terceiros (Nota 05)	3.045.873,12	3.046.819,18	3.367.618,35	3.650.028,50	4.722.370,39	6.223.820,83
PERMANENTE	7.131.610,54	6.840.348,60	6.956.885,54	7.052.204,41	8.419.312,90	8.541.797,45
Investimentos (Nota 07)	3.750.968,22	3.751.326,84	3.748.856,84	3.749.329,88	3.746.359,18	3.746.359,18
ANC Em sociedades cooperativas	3.739.236,59	3.739.595,21	3.737.125,21	3.737.598,25	3.734.627,55	3.734.627,55
ANC Outros investimentos	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63
Imobilizado (Nota 08)	3.376.646,49	3.087.855,93	3.208.028,70	3.302.874,53	4.672.953,72	4.795.438,27
ANC Valor corrigido	12.559.989,75	12.394.612,19	12.765.153,77	10.376.955,49	12.119.855,39	12.652.562,31
ANC (-) depreciação acumulada	-9.183.343,26	-9.306.756,26	-9.557.125,07	-7.074.080,96	-7.446.901,67	-7.857.124,04
Diferido	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
ANC Pesquisa e desenvolvimento de produtos	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO ANTES DO PASSIVO À DESCOBERTA	40.084.971,39	43.039.125,98	46.748.813,25	49.112.479,14	52.938.459,17	58.852.147,07
PASSIVO DESCOBERTO	-30.015.872,24	-34.501.133,68	-38.165.447,49	-43.738.445,04	-49.527.548,26	-56.234.358,13
Capital social integralizado (Nota 11)	4.531.800,38	4.540.134,45	4.552.341,39	4.564.933,80	4.569.430,38	4.565.243,80
PNC Capital social subscrito	8.524.413,44	8.888.924,24	9.288.277,93	9.732.398,10	10.117.538,51	10.573.975,64
PNC (-) Capital social a integralizar	-3.992.613,06	-4.348.789,79	-4.735.936,54	-5.167.464,30	-5.548.108,13	-6.008.731,84
Perdas acumuladas	-34.547.672,62	-39.041.268,13	-42.717.788,88	-48.303.378,84	-54.096.978,64	-60.799.601,93
PNC Perdas de exercícios anteriores	-26.683.610,12	-34.424.530,70	-39.032.385,66	-42.620.370,86	-48.307.130,77	-53.865.770,03
PNC Perdas líquidas do exercício	-7.864.062,50	-4.616.737,43	-3.685.403,22	-5.683.007,98	-5.789.847,87	-6.933.831,90
TOTAL DO ATIVO + PASSIVO À DESCOBERTA	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,43	115.086.505,20
PASSIVO						
CIRCULANTE	60.238.617,67	66.868.215,51	74.225.228,20	82.077.377,48	90.557.750,09	102.072.578,08
PCO Associados (Nota 04)	2.239.414,62	3.100.492,73	2.867.007,49	2646781,17	3.652.748,92	4.444.193,96
PCC Fornecedores	3.522.708,46	4.408.772,84	5.505.809,11	4489721,74	2.766.650,94	4.334.555,56
PCC Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	1.305.972,50	426.358,94	141.001,83	153573,97	168.142,63	194.061,87
PCC Contas a pagar	608.713,32	394.443,93	393.759,42	482673,86	395.656,22	404.077,18
PNC Provisão de férias	166.339,26	201.177,92	221.748,59	270363,53	299.460,98	351.079,26
PNC Receita diferida	0,00	0,00	0,00	0	243.197,50	284.155,57
PCO Financiamentos bancários (Nota 10)	52.395.469,51	58.336.969,15	65.095.901,76	74034263,21	83.031.892,90	92.060.454,68
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.539.220,87	10.208.318,37	10.556.313,43	10.612.748,66	11.834.596,84	12.932.091,96
PNC Financiamentos bancários (Nota 10)	1.736.584,46	2.103.450,69	2.600.302,34	2880302,49	3.684.921,24	4.337.776,55
PNC Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	5.926.534,03	6.003.526,81	6.003.526,81	6000634,96	6.422.756,29	7.166.774,72
PNC Contas a pagar	1.231.443,00	1.461.687,50	1.313.576,00	1097209,9	1.092.318,00	785.356,00
PNC Capital a restituir	644.659,38	639.653,37	638.908,28	634601,31	634.601,31	642.184,69
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160.798,04	73.660,44	81.835,16
PNC Receita diferida	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160798,04	73.660,44	81.835,16
TOTAL DO PASSIVO	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,37	115.086.505,20

Tabela 5 – Contas da Reestruturação

	2007	2008	2009	2010	2011
ACF	975.724,83	827.448,32	877.487,89	419.082,23	1.045.090,52
ACC	29.857.924,12	33.402.218,12	35.635.783,88	37.769.806,56	41.785.128,21
ANC	12.205.477,03	12.519.146,81	12.599.207,37	14.749.570,38	16.021.928,34
Total Ativo	43.039.125,98	46.748.813,25	49.112.479,14	52.938.459,17	58.852.147,07
PCO	61.437.461,88	67.962.909,25	76.681.044,38	86.684.641,82	96.504.648,64
PCC	5.229.575,71	6.040.570,36	5.125.969,57	3.330.449,79	4.932.694,61
PNC	-23.627.911,91	-27.254.666,36	-32.694.534,81	-37.076.632,50	-42.585.196,18
Total Passivo	43.039.125,68	46.748.813,25	49.112.479,14	52.938.459,11	58.852.147,07

4.4.2 Cálculos IOG, CCL, ST

Tabela 6 – Cálculo da Necessidade de Capital de Giro

2007			
IOG	=	ACC	- PCC
IOG	=	29.857.924,12	- 5.229.575,71
IOG	=	24.628.348,41	

2008			
IOG	=	ACC	- PCC
IOG	=	33.402.218,12	- 6.040.570,36
IOG	=	27.361.647,76	

2009			
IOG	=	ACC	- PCC
IOG	=	35.635.783,88	- 5.125.969,57
IOG	=	30.509.814,31	

2010			
IOG	=	ACC	- PCC
IOG	=	37.769.806,56	- 3.330.449,79
IOG	=	34.439.356,77	

2011			
IOG	=	ACC	- PCC
IOG	=	41.785.128,21	- 4.932.694,61
IOG	=	36.852.433,60	

Tabela 7 - Cálculo do Saldo em Tesouraria

2007			
ST	=	ACF	- PCO
ST	=	975.724,83	- 61.437.461,88
ST	=		-60.461.737,05

2008			
ST	=	ACF	- PCO
ST	=	827.448,32	- 76.681.044,38
ST	=		-75.853.596,06

2009			
ST	=	ACF	- PCO
ST	=	877.487,89	- 76.681.044,38
ST	=		-75.803.556,49

2010			
ST	=	ACF	- PCO
ST	=	419.082,23	- 86.684.641,82
ST	=		-86.265.559,59

2011			
ST	=	ACF	- PCO
ST	=	1.045.090,52	- 96.504.648,64
ST	=		-95.459.558,12

Tabela 8 - Cálculo do Capital de Giro

2007			
CCL	=	ST	- IOG
CCL	=	-60.461.737,05	- 24.628.348,41
CCL	=	-85.090.085,46	

2008			
CCL	=	ST	- IOG
CCL	=	-75.853.596,06	- 27.361.647,76
CCL	=	-103.215.243,82	

2009			
CCL	=	ST	- IOG
CCL	=	-75.803.556,49	- 30.509.814,31
CCL	=	-106.313.370,80	

2010			
CCL	=	ST	- IOG
CCL	=	-86.265.559,59	- 34.439.356,77
CCL	=	-120.704.916,36	

2011			
CCL	=	ST	- IOG
CCL	=	-95.459.558,12	- 36.852.433,60
CCL	=	-132.311.991,72	

4.4.2.1 Gráficos da Análise dinâmica

Gráfico 11 – Análise Dinâmica 2007

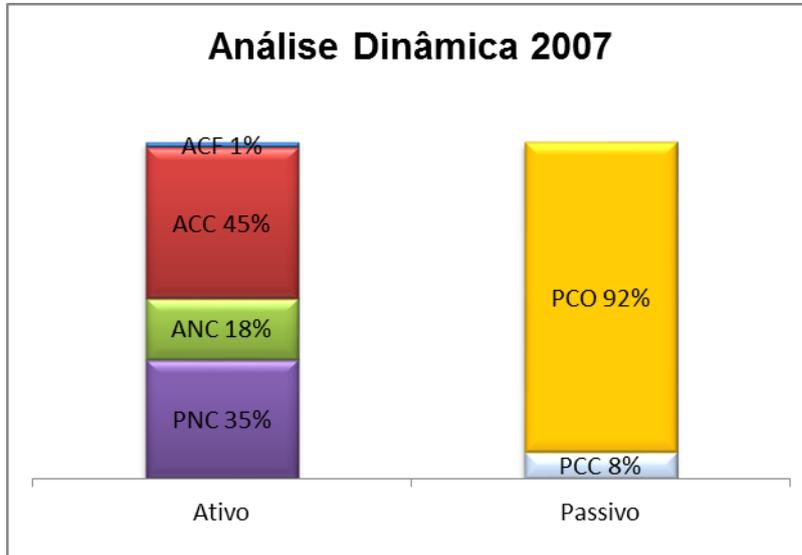


Gráfico 12 – Análise Dinâmica 2008

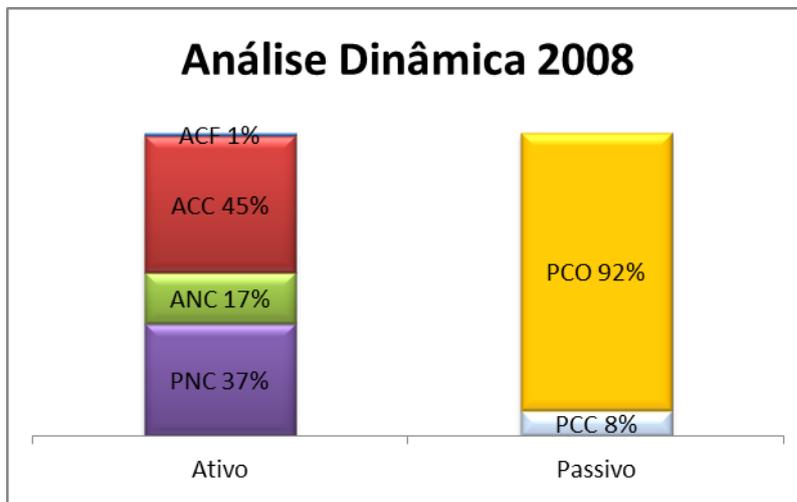


Gráfico 13 – Análise Dinâmica 2009

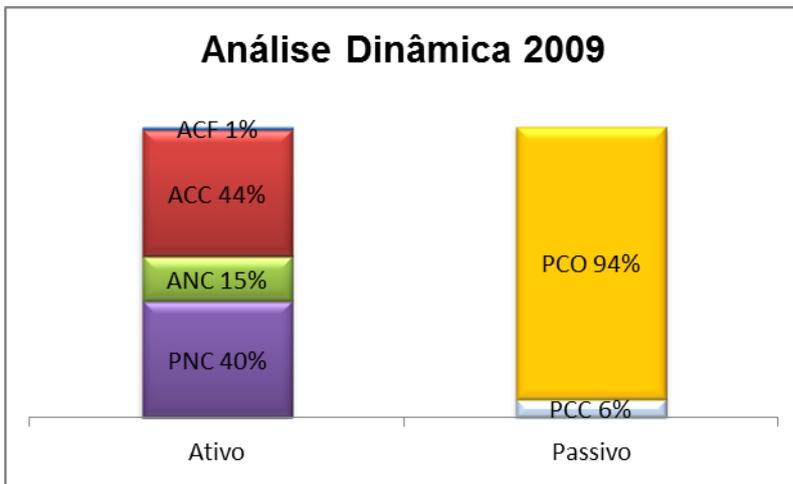


Gráfico 14 – Análise Dinâmica 2010

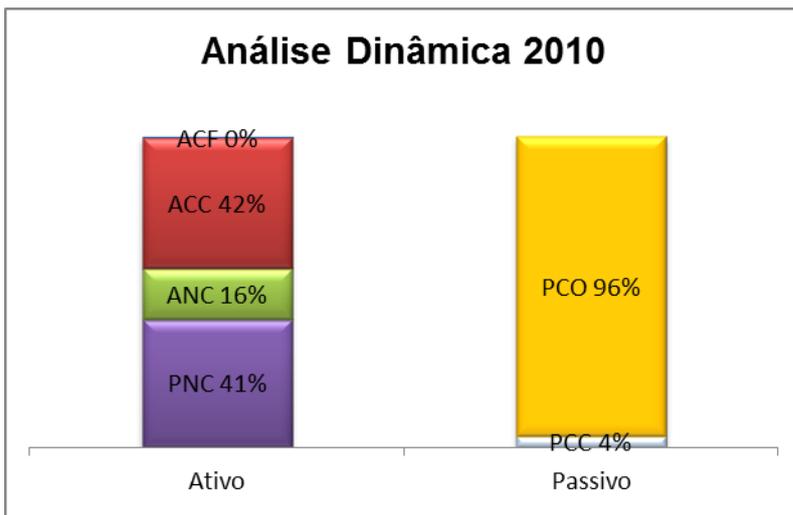
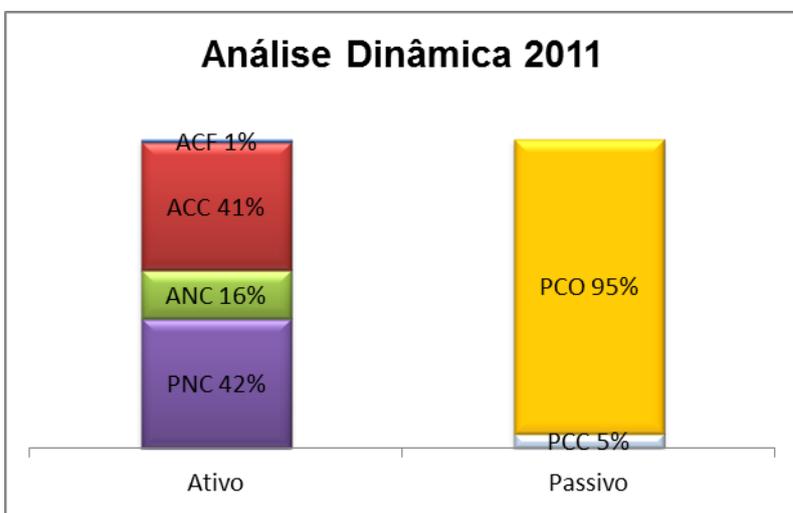


Gráfico 15 – Análise Dinâmica 2011



4.4.3 Tipologia

A Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda apresentou nos anos analisados a mesma situação financeira. O Saldo de Tesouraria em 2007 apresentou um valor negativo de R\$ 60.461.737,05, em 2008 R\$ 75.853.596,06, em 2009 o valor negativo diminuiu um pouco para R\$ 75.803.556,49, voltando a aumentar negativamente em 2010 para R\$ 86.265.559,59 e caindo ainda mais em 2011 para R\$ 95.459.558,12. A Necessidade de Capital de Giro apresentou-se positiva e crescente nos períodos analisado, com o valor de R\$ 24.628.348,41 em 2007, passando para R\$ 27.361.647,76 em 2008, R\$ 30.509.814,31 em 2009, R\$ 34.439.356,77 em 2010 e R\$ 36.852.433,60 em 2011. O Capital de Giro, por sua vez, também apresentou valores negativos e crescentes. Em 2007, pôde-se observar um Capital de Giro negativo em R\$ 85.090.085,46, seguido de R\$ 103.215.243,82 em 2008, R\$ 106.313.370,80 em 2009, R\$120.704.916,36 em 2010 e por fim R\$ 132.311.991,72 em 2011. (ST>CCL<IOG).

Tabela 9 - Demonstração da Tipologia 2007

2007				
Restrição	ST < 0		CCL < 0	IOG > 0
Condição	ST	>	CCL	< IOG
Condição	-60.461.737,05	>	-85.090.085,46	< 24.628.348,41
Tipo	IV PÉSSIMA			

Tabela 10 - Demonstração da Tipologia 2008

2008				
Restrição	ST < 0		CCL < 0	IOG > 0
Condição	ST	>	CCL	< IOG
Condição	-75.853.596,06	>	-103.215.243,82	< 27.361.647,76
Tipo	IV PÉSSIMA			

Tabela 11 - Demonstração da Tipologia 2009

2009				
Restrição	ST < 0		CCL < 0	IOG > 0
Condição	ST	>	CCL	< IOG
Condição	-75.803.556,49	>	-106.313.370,80	< 30.509.814,31
Tipo	IV PÉSSIMA			

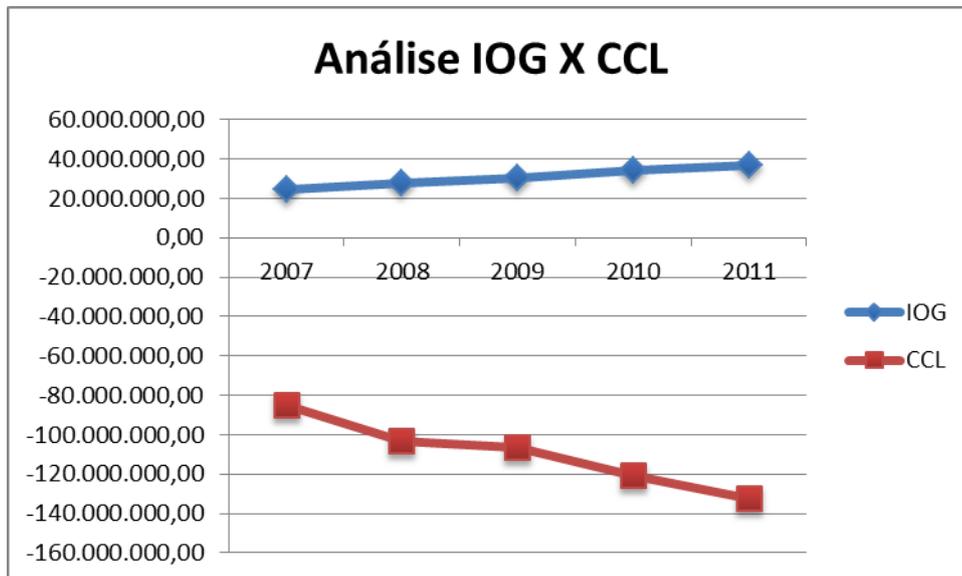
Tabela 12 - Demonstração da Tipologia 2010

2010				
Restrição	ST < 0		CCL < 0	IOG > 0
Condição	ST	>	CCL	< IOG
Condição	-86.265.559,59	>	-120.704.916,36	< 34.439.356,77
Tipo	IV PÉSSIMA			

Tabela 13 - Demonstração da Tipologia 2011

2011				
Restrição	ST < 0		CCL < 0	IOG > 0
Condição	ST	>	CCL	< IOG
Condição	-95.459.558,12	>	-132.311.991,72	< 36.852.433,60
Tipo	IV PÉSSIMA			

Gráfico 16 - IOG X CCL



5 CONCLUSÃO

Os Relatórios contábeis são a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período. Através destes relatórios torna-se possível observar diversas tendências, e obter índices que revelam a situação econômica financeira da empresa em determinado período. Apesar disso é importante frisar que a avaliação dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado de Exercício não são absolutas e conclusivas. No caso da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum, as análises realizadas tiveram a abrangência de cinco anos (2007 a 2011), e tiveram como base os relatórios consolidados deste período, ou seja, abrangeram todos os setores, porém de forma superficial. Para uma análise mais aprofundada, seria interessante realizar de forma individual a análise de cada setor e departamento, a fim de verificar eventuais falhas e recomendar possíveis soluções.

Durante o estudo, não foi possível verificar com exatidão os prazos médios de recebimentos, de pagamentos á fornecedores e de estoques, pois com a variedade de setores com as quais a Cooperativa trabalha, onde os grãos ficam armazenados por meses, e outros produtos como o leite tem saída diária, o cálculo destes índices torna-se dispensável, sendo aconselhável realizar o levantamento destes prazos de forma individual e focada em cada tipo de produto.

No entanto, as análises realizadas até o momento revelam problemas de liquidez relacionados à falta de recursos próprios e conseqüente dependência excessiva de recursos de terceiros, além de perdas acumuladas geradas por resultados operacionais muito inferiores aos necessários para estabilizar passivos financeiros de empréstimos antigos realizados sem devida capacidade de pagamento. Como resultado de períodos consecutivos de prejuízos e perdas, pôde-se observar que nos cinco anos analisados, a Cooperativa não possui recursos financeiros adequados para quitar seus compromissos. A exemplo disso podemos destacar que existe um aumento significativo da necessidade de capital de giro ano após ano, seguido da diminuição do saldo de tesouraria e conseqüente capital de giro líquido negativo em todos os períodos analisados.

Esse quadro revela uma situação financeira péssima, pois demonstra que a empresa utiliza-se de recursos onerosos de curto prazo para financiar ativos não circulantes. Como existe uma necessidade de capital de giro, e infelizmente a Cooperativa não conta com recursos de capital disponíveis para financiá-lo, o passivo a descoberto passa a representar esta insuficiência. Esta situação porém, apenas continua possível graças à injeção de recursos por parte dos sócios, sendo iminente o risco de insolvência. O saldo de tesouraria negativo, por sua vez revela que o capital de giro é insuficiente para a manutenção das atividades operacionais, gerando uma dependência das fontes de recursos de curto prazo.

É importante ressaltar que embora a Cooperativa esteja em uma situação financeira não favorável, sua continuidade é impressindível devido ao papel social que exerce na comunidade em que está inserida.

Este estudo possibilitou a integração da teoria apresentada na Especialização em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná com a aplicação na prática, em uma empresa com moldes diferentes dos convencionais por ser uma Cooperativa, possibilitando o aprofundamento em diversos assuntos abordados em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ABECK, Helmut. **A colaboração germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1929-1979)**. Curitiba, CRM, 1980.
- ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de & BRAGA, Ricardo Peake (coord.) – **Cooperativas á luz do Código Civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: Ibpex, 2006.
- BRAGA, Roberto; NOSSA, Valcemiro; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 15, n. spe, jun. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000400004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772004000400004>.
- BRASIL. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime político da sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 16 de dez de 1971; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 02/11/11
- CAMARGO, Marco A. Ribeiro de. **Permaneçei em mim: 70 anos de imigração menonita**. Curitiba, 2000.
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/> acesso em 13 abril 2012
- Cooperativas de Produção Agropecuária do Estado do Paraná: **Diagnóstico e Análises**. Convênio CPEc- BRDE – OCEPAR – IPARDES.1974
- FLEURIET, M.; KEHDY, R.; BLANC, G. **O modelo Fleuriet: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras**: Um Novo Método de Análise, Orçamento e Planejamento. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Campos Gerais**. ELFES, Alberto. Curitiba, 1973.
- INCRA – Instituído Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual para cooperativas de consumo – plano de padronização contábil para as cooperativas – PLANCOOP**. Brasília, 1973.
- MARION, José Carlos (coord.). **Contabilidade e controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas,1996.

- OCB – **Organização das Cooperativas do Brasil**. Disponível em <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp> Acesso em 14/12/2011.
- OCEPAR – **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná** . Disponível em< <http://www.ocepar.org.br/ocepar/>> Acesso em: 14/12/2011.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: BRASCOOP, 1982.
- POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 3.ed. São Paulo : Atlas, 1998.
- PORTAL DO AGRONEGÓCIO – **Portal do Agronegócio**. Disponível em <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/>> Acesso em 14/12/2011.
- REIS JÚNIOR, Nilson. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.
- SANTOS, José Odálio dos. **Avaliação de empresas: cálculo e interpretação do valor das empresas: um guia prático**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: OCEPAR, 2011.
- SILVA, José Pereira da. **Análise financeira da empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
- WISNIEVSKI, Gilmar. **Manual de contabilidade das sociedades cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- WITMARSUM, Cooperativa Mista Agropecuária; disponível em <http://www.witmarsum.coop.br/> acesso em 07/03/12.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Balanço Patrimonial de 2006 á 2011	75
Balanço Patrimonial de 2006 á 2011 Atualizado (IGPM)	76
Demonstração de Resultado do Exercício de 2006 á 2011	77
Demonstração de Resultado do Exercício de 2006 á 2011 Atualizada (IGPM)	78
Balanço Patrimonial de 2007 á 2011 – Análise Vertical e Horizontal	79
Demonstração de Resultado do Exercício de 2007 á 2011- AV e AH	80
Balanço Patrimonial de 2006 á 2011 Reclassificado	81

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31.12.06 À 3.12.11 EM REAIS						
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	TOTAL EM R\$					
ATIVO						
CIRCULANTE	27.518.238,99	30.833.648,95	34.229.666,44	36.513.271,77	38.188.888,79	42.830.218,73
Disponibilidades	194.454,27	975.724,83	827.448,32	877.487,89	419.082,23	1.045.090,52
Caixa	32.232,54	26.790,16	20.184,29	40.596,47	55.441,99	46.993,88
Bancos conta movimento	45.836,02	863.679,17	777.264,03	836.891,42	363.640,24	998.096,64
Aplicações financeiras liquidez imediata	116.385,71	85.255,50	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Créditos	25.511.052,24	27.983.875,00	30.079.437,56	32.601.370,90	34.882.305,12	38.757.810,35
Associados (Nota 04)	23.726.636,64	25.574.201,27	27.233.492,97	29.574.141,33	31.067.175,57	32.878.139,28
Terceiros (Nota 05)	1.777.761,51	2.403.975,62	2.836.137,09	3.012.133,62	3.802.531,02	5.867.016,87
Impostos a recuperar	6.654,09	5.698,11	9.807,50	15.095,95	12.598,53	12.654,20
Estoque (Nota 06)	1.801.298,60	1.859.913,22	3.312.170,07	3.025.080,75	2.848.193,50	2.991.358,79
Divisão de leite/queijos	136.370,38	104.320,74	174.252,29	317.452,66	489.573,62	566.652,10
Divisão de cereais	1.643.424,67	1.737.732,67	3.122.752,84	2.685.772,77	2.332.012,80	2.395.872,68
Datec	1.288,22	234,60	85,00	85,00	1.084,21	4.400,80
Almoxarifados	20.215,33	17.625,21	15.079,94	21.770,32	25.522,87	24.433,21
Despesas do exercício seguinte	11.433,88	14.135,90	10.610,49	9.332,23	39.307,94	35.959,07
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	5.435.121,86	5.365.128,43	5.562.261,27	5.547.002,96	6.330.257,48	7.480.130,89
Associados (Nota 04)	2.389.248,74	2.318.309,25	2.194.642,92	1.896.974,46	1.607.887,09	1.256.310,06
Terceiros (Nota 05)	3.045.873,12	3.046.819,18	3.367.618,35	3.650.028,50	4.722.370,39	6.223.820,83
PERMANENTE	7.131.610,54	6.840.348,60	6.956.885,54	7.052.204,41	8.419.312,90	8.541.797,45
Investimentos (Nota 07)	3.750.968,22	3.751.326,84	3.748.856,84	3.749.329,88	3.746.359,18	3.746.359,18
Em sociedades cooperativas	3.739.236,59	3.739.595,21	3.737.125,21	3.737.598,25	3.734.627,55	3.734.627,55
Outros investimentos	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63
Imobilizado (Nota 08)	3.376.646,49	3.087.855,93	3.208.028,70	3.302.874,53	4.672.953,72	4.795.438,27
Valor corrigido	12.559.989,75	12.394.612,19	12.765.153,77	10.376.955,49	12.119.855,39	12.652.562,31
(-) depreciação acumulada	-9.183.343,26	-9.306.756,26	-9.557.125,07	-7.074.080,96	-7.446.901,67	-7.857.124,04
Diferido	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO ANTES DO PASSIVO À DESCOBERTO	40.084.971,39	43.039.125,98	46.748.813,25	49.112.479,14	52.938.459,17	58.852.147,07
PASSIVO DESCOBERTO	-30.015.872,24	-34.501.133,68	-38.165.447,49	-43.738.445,04	-49.527.548,26	-56.234.358,13
Capital social integralizado (Nota 11)	4.531.800,38	4.540.134,45	4.552.341,39	4.564.933,80	4.569.430,38	4.565.243,80
Capital social subscrito	8.524.413,44	8.888.924,24	9.288.277,93	9.732.398,10	10.117.538,51	10.573.975,64
(-) Capital social a integralizar	-3.992.613,06	-4.348.789,79	-4.735.936,54	-5.167.464,30	-5.548.108,13	-6.008.731,84
Perdas acumuladas	-34.547.672,62	-39.041.268,13	-42.717.788,88	-48.303.378,84	-54.096.978,64	-60.799.601,93
Perdas de exercícios anteriores	-26.683.610,12	-34.424.530,70	-39.032.385,66	-42.620.370,86	-48.307.130,77	-53.865.770,03
Perdas líquidas do exercício	-7.864.062,50	-4.616.737,43	-3.685.403,22	-5.683.007,98	-5.789.847,87	-6.933.831,90
TOTAL DO ATIVO + PASSIVO À DESCOBERTO	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,43	115.086.505,20
PASSIVO						
CIRCULANTE	60.238.617,67	66.868.215,51	74.225.228,20	82.077.377,48	90.557.750,09	102.072.578,08
Associados (Nota 04)	2.239.414,62	3.100.492,73	2.867.007,49	2646781,17	3.652.748,92	4.444.193,96
Fornecedores	3.522.708,46	4.408.772,84	5.505.809,11	4489721,74	2.766.650,94	4.334.555,56
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	1.305.972,50	426.358,94	141.001,83	153573,97	168.142,63	194.061,87
Contas a pagar	608.713,32	394.443,93	393.759,42	482673,86	395.656,22	404.077,18
Provisão de férias	166.339,26	201.177,92	221.748,59	270363,53	299.460,98	351.079,26
Receita diferida	0,00	0,00	0,00	0	243.197,50	284.155,57
Financiamentos bancários (Nota 10)	52.395.469,51	58.336.969,15	65.095.901,76	74034263,21	83.031.892,90	92.060.454,68
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.539.220,87	10.208.318,37	10.556.313,43	10.612.748,66	11.834.596,84	12.932.091,96
Financiamentos bancários (Nota 10)	1.736.584,46	2.103.450,69	2.600.302,34	2880302,49	3.684.921,24	4.337.776,55
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	5.926.534,03	6.003.526,81	6.003.526,81	6000634,96	6.422.756,29	7.166.774,72
Contas a pagar	1.231.443,00	1.461.687,50	1.313.576,00	1097209,9	1.092.318,00	785.356,00
Capital a restituir	644.659,38	639.653,37	638.908,28	634601,31	634.601,31	642.184,69
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160.798,04	73.660,44	81.835,16
Receita diferida	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160798,04	73.660,44	81.835,16
TOTAL DO PASSIVO	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,37	115.086.505,20

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31.12.06 E 3.12.11 EM REAIS ATUALIZADO PELO IGPM						
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	IGPM	IGPM	IGPM	IGPM	IGPM	TOTAL
	1,3648576	1,2849158	1,1484413	1,1669274	1,0582292	EM R\$
ATIVO						
CIRCULANTE	37.558.477,62	39.618.642,71	39.310.762,62	42.608.337,29	40.412.597,23	42.830.218,73
Disponibilidades	265.402,39	1.253.724,25	950.275,82	1.023.964,66	443.485,05	1.045.090,52
Caixa	43.992,83	34.423,10	23.180,47	47.373,13	58.080,33	46.993,88
Bancos conta movimento	62.559,64	1.109.755,01	892.642,11	976.591,53	384.814,72	998.096,64
Aplicações financeiras liquidez imediata	158.849,92	109.546,14	34.453,24	0,00	0,00	0,00
Créditos	34.818.953,53	35.956.923,13	34.544.468,37	38.043.432,98	36.913.473,84	38.757.810,35
Associados (Nota 04)	32.383.480,34	32.860.695,28	31.276.068,07	34.510.875,85	32.876.192,35	32.878.139,28
Terceiros (Nota 05)	2.426.391,31	3.088.906,26	3.257.136,97	3.514.941,25	4.023.949,36	5.867.016,87
Impostos à recuperar	9.081,89	7.321,59	11.263,34	17.615,88	13.332,13	12.654,20
Estoques (Nota 06)	2.458.516,08	2.389.831,88	3.803.832,90	3.530.049,61	3.014.041,53	2.991.358,79
Divisão de leite/queijos	186.126,15	134.043,37	200.118,53	370.444,21	518.081,10	566.652,10
Divisão de cereais	2.243.040,65	2.232.840,16	3.586.298,33	3.134.101,84	2.467.804,04	2.395.872,68
Datec	1.758,24	301,44	97,62	99,19	1.147,34	4.400,80
Almoxeirados	27.591,05	22.646,91	17.318,43	25.404,38	27.009,05	24.433,21
Despesas do exercício seguinte	15.605,62	18.163,44	12.185,52	10.890,03	41.596,81	35.959,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.418.167,38	6.893.738,29	6.387.930,56	6.472.949,74	6.698.863,31	7.480.130,89
Associados (Nota 04)	3.260.984,30	2.978.832,18	2.520.418,57	2.213.631,47	1.701.513,07	1.256.310,06
Terceiros (Nota 05)	4.157.183,08	3.914.906,10	3.867.512,00	4.259.318,27	4.997.350,24	6.223.820,83
PERMANENTE	9.733.632,85	8.789.271,99	7.989.574,67	8.229.410,56	8.909.562,75	8.541.797,45
Investimentos (Nota 07)	5.119.537,48	4.820.139,13	4.305.342,02	4.375.195,77	3.964.506,68	3.746.359,18
Em sociedades cooperativas	5.103.525,48	4.805.064,97	4.291.868,93	4.361.505,81	3.952.091,92	3.734.627,55
Outros investimentos	16.012,00	15.074,16	13.473,09	13.689,96	12.414,75	11.731,63
Imobilizado (Nota 08)	4.608.641,62	3.967.634,87	3.684.232,65	3.854.214,79	4.945.056,08	4.795.438,27
Valor corrigido	17.142.597,47	15.926.033,04	14.660.029,79	12.109.153,69	12.825.584,87	12.652.562,31
(-) depreciação acumulada	-12.533.955,84	-11.958.398,17	-10.975.797,14	-8.254.938,90	-7.880.528,80	-7.857.124,04
Diferido	5.453,74	1.497,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	5.453,74	1.497,99	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO ANTES DO PASSIVO À DESCOBERTO	54.710.277,85	55.301.652,99	53.688.267,86	57.310.697,59	56.021.023,30	58.852.147,07
PASSIVO DESCOBERTO	-40.967.391,35	-44.331.051,78	-43.830.776,13	-51.039.589,95	-52.411.497,77	-56.234.358,13
Capital social integralizado (Nota 11)	6.185.262,19	5.833.690,49	5.228.096,86	5.326.946,33	4.835.504,66	4.565.243,80
Capital social subscrito	11.634.610,47	11.421.519,20	10.667.041,98	11.357.002,01	10.706.674,68	10.573.975,64
(-) Capital social à integralizar	-5.449.348,28	-5.587.828,71	-5.438.945,12	-6.030.055,68	-5.871.170,03	-6.008.731,84
Perdas acumuladas	-47.152.653,54	-50.164.742,27	-49.058.872,99	-56.366.536,28	-57.247.002,43	-60.799.601,93
Perdas de exercícios anteriores	-36.419.328,07	-44.232.623,40	-44.826.403,73	-49.734.878,55	-51.120.016,35	-53.865.770,03
Perdas líquidas do exercício	-10.733.325,47	-5.932.118,87	-4.232.469,27	-6.631.657,73	-6.126.986,08	-6.933.831,90
TOTAL DO ATIVO + PASSIVO À DESCOBERTO	95.677.669,19	99.632.704,77	97.519.043,99	108.350.287,54	108.432.521,07	115.086.505,20
PASSIVO						
CIRCULANTE	82.217.135,14	85.920.026,63	85.243.317,57	95.778.340,70	95.830.855,43	102.072.578,08
Associados (Nota 04)	3.056.482,06	3.983.872,10	3.292.589,81	3.088.601,47	3.865.445,57	4.444.193,96
Fornecedores	4.807.995,41	5.664.901,88	6.323.098,57	5.239.179,32	2.927.750,81	4.334.555,56
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	1.782.466,49	547.835,34	161.932,32	179.209,67	177.933,44	194.061,87
Contas a pagar	830.807,00	506.827,24	452.209,58	563.245,35	418.694,97	404.077,18
Provisão de férias	227.029,40	258.496,69	254.665,24	315.494,61	316.898,35	351.079,26
Receita diferida	0,00	0,00	0,00	0,00	257.358,70	284.155,57
Financiamentos bancários (Nota 10)	71.512.354,77	74.958.093,38	74.758.822,04	86.392.610,28	87.866.773,60	92.060.454,68
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.019.678,10	13.116.829,57	12.123.306,32	12.384.307,20	12.523.715,95	12.932.091,96
Financiamentos bancários (Nota 10)	2.370.190,50	2.702.757,03	2.986.294,60	3.361.103,90	3.899.491,26	4.337.776,55
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	8.088.875,01	7.714.026,45	6.894.698,13	7.002.305,35	6.796.748,25	7.166.774,72
Contas a pagar	1.680.744,34	1.878.145,36	1.508.564,93	1.280.364,30	1.155.922,80	785.356,00
Capital a restituir	879.868,25	821.900,72	733.748,66	740.533,66	671.553,64	642.184,69
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	440.855,95	595.848,20	152.420,11	187.639,64	77.949,63	81.835,16
Receita diferida	440.855,95	595.848,20	152.420,11	187.639,64	77.949,63	81.835,16
TOTAL DO PASSIVO	95.677.669,19	99.632.704,39	97.519.043,99	108.350.287,54	108.432.521,01	115.086.505,20

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRES OU PERDAS DE 31.12.06 E 31.12.11 EM REAIS						
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
	EM R\$					
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL BRUTA	38.124.063,06	51.367.355,37	60.524.305,90	60.749.056,32	57.820.536,26	73.960.507,47
(-) Dedução dos ingressos e da Receita Operacional Bruta	-1.454.052,43	-2.970.026,89	-3.661.714,43	-2.886.171,64	-3.036.872,43	-4.853.582,16
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	36.670.010,63	48.397.328,48	56.862.591,47	57.862.884,68	54.783.663,83	69.106.925,31
(-) Dispendios e custo dos produtos vendidos	-32.101.038,47	-41.805.917,64	-48.230.298,21	-50.127.882,20	-46.638.097,81	-59.001.493,05
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.568.972,16	6.591.410,84	8.632.293,26	7.735.002,48	8.145.566,02	10.105.432,26
DESPESAS OPERACIONAIS	-8.093.590,73	-6.485.342,95	-7.284.097,58	-7.133.459,41	-7.395.049,82	-10.011.913,92
(-) Dispendios e despesas com pessoal	-2.581.700,60	-2.650.397,82	-3.105.783,52	-3.692.873,77	-4.102.308,83	-4.427.107,35
(-) Dispendios e despesas administrativas	-3.132.454,80	-1.003.417,15	-1.184.149,08	-1.368.196,48	-1.405.152,80	-1.492.693,84
(-) Dispendios e despesas com assessorias jurídicas e indenizações tra	-470.335,94	-674.321,91	-876.594,92	-647.510,91	-874.493,13	-877.222,78
(-) Dispendios e despesas gerais e técnicas	-764.373,07	-672.386,80	-426.886,44	-356.662,84	-251.789,73	-347.652,20
(-) Dispendios e despesas comerciais	-1.775.524,48	-1.410.928,86	-2.101.877,17	-2.254.655,09	-2.607.988,53	-3.124.297,92
(-) Dispendios e despesas tributárias	-538.847,85	-120.590,74	-76.318,94	-116.142,93	-86.627,34	-129.756,12
(-) Dispendios e despesas com depreciação e amortização	-292.868,04	-287.221,18	-279.535,13	-353.299,59	-394.686,79	-415.456,72
(+) Recuperação de dispendios e despesas	1.389.452,35	966.586,18	933.461,70	1.141.822,91	971.638,07	860.408,90
(+) Resultado financeiro operacional	73.061,70	-632.664,67	87.895,12	497.054,18	81.185,68	-53.081,64
(-) Outros eventos	0,00	0,00	-254.309,20	0,00	0,00	-5.054,25
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00	0,00	17.005,11	1.275.173,58	0,00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO	-3.524.618,57	106.067,89	1.348.195,68	601.543,07	750.516,20	93.518,34
RESULTADO FINANCEIRO	-4.340.312,26	-4.686.583,80	-5.032.567,18	-6.284.551,05	-6.540.364,07	-7.027.350,24
(-) Dispendios e despesas financeiras	-5.493.232,91	-4.728.126,32	-5.529.418,83	-6.564.561,20	-8.325.623,80	-8.447.747,15
(+) Ingressos e receitas financeiras	1.152.920,65	366.866,23	496.851,65	280.010,15	1.785.259,73	1.420.396,91
(-) Outros eventos	0,00	-325.323,71	0,00	0,00	0,00	0,00
PERDAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	-7.864.930,83	-4.580.515,91	-3.684.371,50	0,00	-5.789.847,87	-6.933.831,90
Resultado não operacional	868,33	-36.221,52	-1.031,72	0,00	0,00	0,00
PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	-7.864.062,50	-4.616.737,43	-3.685.403,22	-5.683.007,98	-5.789.847,87	-6.933.831,90

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRES OU PERDAS DE 31.12.06 E 31.12.11 EM REAIS						
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	IGPM	IGPM	IGPM	IGPM	IGPM	TOTAL
	1,3648576	1,2849158	1,1484413	1,1669274	1,0582292	EM R\$
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL BRUTA	52.033.917,21	66.002.726,52	69.508.612,55	70.889.738,34	61.187.379,83	73.960.507,47
(-) Dedução dos ingressos e da Receita Operacional Bruta	-1.984.574,51	-3.816.234,48	-4.205.264,08	-3.367.952,77	-3.213.707,08	-4.853.582,16
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	50.049.342,70	62.186.492,04	65.303.348,47	67.521.785,58	57.973.672,75	69.106.925,31
(-) Dispendios e custo dos produtos vendidos	-43.813.346,32	-53.717.084,11	-55.389.666,38	-58.495.599,24	-49.353.796,93	-59.001.493,05
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	6.235.996,38	8.469.407,93	9.913.682,09	9.026.186,33	8.619.875,81	10.105.432,26
DESPESAS OPERACIONAIS	-11.046.598,82	-8.333.119,62	-8.365.358,49	-8.324.229,24	-7.825.657,65	-10.011.913,92
(-) Dispêndios e despesas com pessoal	-3.523.653,68	-3.405.538,04	-3.566.810,06	-4.309.315,59	-4.341.182,99	-4.427.107,35
(-) Dispêndios e despesas administrativas	-4.275.354,74	-1.289.306,55	-1.359.925,71	-1.596.585,96	-1.486.973,72	-1.492.693,84
(-) Dispêndios e despesas com assessorias jurídicas e indenizações tra	-641.941,58	-866.446,88	-1.006.717,81	-755.598,22	-925.414,17	-877.222,78
(-) Dispêndios e despesas gerais e técnicas	-1.043.260,39	-863.960,42	-490.254,02	-416.199,64	-266.451,24	-347.652,20
(-) Dispêndios e despesas comerciais	-2.423.338,08	-1.812.924,78	-2.413.882,55	-2.631.018,80	-2.759.849,62	-3.124.297,92
(-) Dispêndios e despesas tributárias	-735.450,58	-154.948,95	-87.647,82	-135.530,37	-91.671,58	-129.756,12
(-) Dispêndios e despesas com depreciação e amortização	-399.723,17	-369.055,03	-321.029,69	-412.274,97	-417.669,09	-415.456,72
(+) Recuperação de dispêndios e despesas	1.896.404,60	1.241.981,85	1.072.025,97	1.332.424,44	1.028.215,78	860.408,90
(+) Resultado financeiro operacional	99.718,82	-812.920,83	100.942,39	580.026,14	85.913,06	-53.081,64
(-) Outros eventos	0,00	0,00	-292.059,19	0,00	0,00	-5.054,25
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00	0,00	19.843,73	1.349.425,92	0,00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO	-4.810.602,44	136.288,31	1.548.323,60	701.957,09	794.218,16	93.518,34
RESULTADO FINANCEIRO	-5.923.908,17	-6.021.865,57	-5.779.607,99	-7.333.614,82	-6.921.204,24	-7.027.350,24
(-) Dispêndios e despesas financeiras	-7.497.480,69	-6.075.244,21	-6.350.212,95	-7.660.366,33	-8.810.418,21	-8.447.747,15
(+) Ingressos e receitas financeiras	1.573.572,51	471.392,22	570.604,95	326.751,52	1.889.213,98	1.420.396,91
(-) Outros eventos	0,00	-418.013,58	0,00	0,00	0,00	0,00
PERDAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	-10.734.510,62	-5.885.577,26	-4.231.284,40	0,00	-6.126.986,08	-6.933.831,90
Resultado não operacional	1.185,15	-46.541,60	-1.184,87	0,00	0,00	0,00
PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	-10.733.325,47	-5.932.118,87	-4.232.469,27	-6.631.657,73	-6.126.986,08	-6.933.831,90

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31.12.06 À 3.12.11 EM REAIS (IGPM) - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL													
DISCRIMINAÇÃO	2007			2008			2009			2010			2011
	IGPM	AV	AH	TOTAL									
	1,2849158	%	%	1,1484413	%	%	1,1669274	%	%	1,0582292	%	%	EM R\$
ATIVO													
CIRCULANTE	39.618.642,71	100,00	105,49	39.310.762,62	100,00	99,22	42.608.337,29	100,00	108,39	40.412.597,23	100,00	94,85	42.830.218,73
Disponibilidades	1.253.724,25	3,16	472,39	950.275,82	2,42	75,80	1.023.964,66	2,40	107,75	443.485,05	1,10	43,31	1.045.090,52
Caixa	34.423,10	0,09	78,25	23.180,47	0,06	67,34	47.373,13	0,11	204,37	58.670,33	0,15	123,85	46.993,88
Bancos conta movimento	1.109.755,01	2,80	1.773,92	892.642,11	2,27	80,44	976.591,53	2,29	109,40	384.814,72	0,95	39,40	998.096,64
Aplicações financeiras liquidez imediata	109.546,14	0,28	68,96	34.453,24	0,09	31,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos	35.956.923,13	90,76	103,27	34.544.468,37	87,88	96,07	38.043.432,98	89,29	110,13	36.913.473,84	91,34	97,03	38.757.810,35
Associados (Nota 04)	32.860.695,28	82,94	101,47	31.276.068,07	79,56	95,18	34.510.875,85	81,00	110,34	32.876.192,35	81,35	95,26	32.878.139,28
Terceiros (Nota 05)	3.088.906,26	7,80	127,30	3.257.136,97	8,29	105,45	3.514.941,25	8,25	107,92	4.023.949,36	9,96	114,48	5.867.016,87
Impostos a recuperar	7.321,59	0,02	80,62	11.263,34	0,03	153,84	17.615,88	0,04	156,40	13.332,13	0,03	75,68	12.654,20
Estoques (Nota 06)	2.389.831,88	6,03	97,21	3.803.832,90	9,68	159,17	3.530.049,61	8,28	92,80	3.014.041,53	7,46	85,38	2.991.358,79
Divisão de leite/queijos	134.043,37	0,34	72,02	200.118,53	0,51	149,29	370.444,21	0,87	185,11	518.081,10	1,28	139,85	566.652,10
Divisão de cereais	2.232.840,16	5,64	99,55	3.586.298,33	9,12	160,62	3.134.101,84	7,36	87,39	2.467.804,04	6,11	78,74	2.395.872,68
Datoc	301,44	0,00	17,14	97,62	0,00	32,38	99,19	0,00	101,61	1.147,34	0,00	1.156,73	4.400,80
Almoxarifados	22.646,91	0,06	82,08	17.318,43	0,04	76,47	25.404,38	0,06	146,69	27.009,05	0,07	106,32	24.433,21
Despesas do exercício seguinte	18.163,44	0,05	116,39	12.185,52	0,03	67,09	10.890,03	0,03	89,37	41.596,81	0,10	381,97	35.959,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.893.738,29	17,40	92,93	6.387.930,56	16,25	92,66	6.472.949,74	15,19	101,33	6.698.863,31	16,58	103,49	7.480.130,89
Associados (Nota 04)	2.978.832,18	7,52	91,35	2.520.418,57	6,41	84,61	2.213.631,47	5,20	87,83	1.701.513,07	4,21	76,87	1.256.310,06
Terceiros (Nota 05)	3.914.906,10	9,88	94,17	3.867.512,00	9,84	98,79	4.259.318,27	10,00	110,13	4.997.350,24	12,37	117,33	6.223.820,83
PERMANENTE	8.789.271,99	22,18	90,30	7.989.574,67	20,32	90,90	8.229.410,56	19,31	103,00	8.909.562,75	22,05	108,26	8.541.797,45
Investimentos (Nota 07)	4.820.139,13	12,17	94,15	4.305.342,02	10,95	89,32	4.375.195,77	10,27	101,62	3.964.506,68	9,81	90,61	3.746.359,18
Em sociedades cooperativas	4.805.064,97	12,13	94,15	4.291.868,93	10,92	89,32	4.361.505,81	10,24	101,62	3.952.091,92	9,78	90,61	3.734.627,55
Outros investimentos	15.074,16	0,04	94,14	13.473,09	0,03	89,38	13.689,96	0,03	101,61	12.414,75	0,03	90,69	11.731,63
Imobilizado (Nota 08)	3.967.634,87	10,01	86,09	3.684.232,65	9,37	92,86	3.854.214,79	9,05	104,61	4.945.056,08	12,24	128,30	4.795.438,27
Valor corrigido	15.926.033,04	40,20	92,90	14.660.029,79	37,29	92,05	12.109.153,69	28,42	82,60	12.825.584,87	31,74	105,92	12.652.562,31
(-) depreciação acumulada	-11.958.398,17	-30,18	95,41	-10.975.797,14	-27,92	91,78	-8.254.938,90	-19,37	75,21	-7.880.528,80	-19,50	95,46	-7.857.124,04
Diferido	1.497,99	0,00	27,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	1.497,99	0,00	27,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO ANTES DO PASSIVO À DESCOBERTO	55.301.652,99	139,58	101,08	53.688.267,86	136,57	97,08	57.310.697,59	134,51	106,75	56.021.023,30	138,62	97,75	58.852.147,07
PASSIVO DESCOBERTO	-44.331.051,78	-111,89	108,21	-43.830.776,13	-111,50	98,87	-51.039.589,95	-119,79	116,45	-52.411.497,77	-129,69	102,69	-56.234.358,13
Capital social integralizado (Nota 11)	5.833.690,49	14,72	94,32	5.228.096,86	13,30	89,62	5.326.946,33	12,50	101,89	4.835.504,66	11,97	90,77	4.565.243,80
Capital social subscrito	11.421.519,20	28,83	98,17	10.667.041,98	27,14	93,39	11.357.002,01	26,65	106,47	10.706.674,68	26,49	94,27	10.573.975,64
(-) Capital social a integralizar	-5.587.828,71	-14,10	102,54	-5.438.945,12	-13,84	97,34	-6.030.055,68	-14,15	110,87	-5.871.170,03	-14,53	97,37	-6.008.731,84
Perdas acumuladas	-50.164.742,27	-126,62	106,39	-49.058.872,99	-124,80	97,80	-56.366.536,28	-132,29	114,90	-57.247.002,43	-141,66	101,56	-60.799.601,93
Perdas de exercícios anteriores	-44.232.623,40	-111,65	121,45	-44.826.403,73	-114,03	101,34	-49.734.878,55	-116,73	110,95	-51.120.016,35	-126,50	102,79	-53.865.770,03
Perdas líquidas do exercício	-5.932.118,87	-14,97	55,27	-4.232.469,27	-10,77	71,35	-6.631.657,73	-15,56	156,69	-6.126.986,08	-15,16	92,39	-6.933.831,90
TOTAL DO ATIVO + PASSIVO À DESCOBERTO	99.632.704,77	251,48	104,13	97.519.043,99	248,07	97,88	108.350.287,54	254,29	111,11	108.432.521,07	268,31	100,08	115.086.505,20
PASSIVO													
CIRCULANTE	85.920.026,63	100,00	104,50	85.243.317,57	100,00	99,21	95.778.340,70	100,00	112,36	95.830.855,43	100,00	100,05	102.072.578,08
Associados (Nota 04)	3.983.872,10	5,15	130,34	3.292.589,81	3,86	82,65	3.088.601,47	3,22	93,80	3.865.445,57	4,03	125,15	4.444.193,96
Fornecedores	5.664.901,88	7,32	117,82	6.323.098,57	7,42	111,62	5.239.179,32	5,47	82,86	2.927.750,81	3,06	55,88	4.334.555,56
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	547.835,34	0,71	30,73	161.932,32	0,19	29,56	179.209,67	0,19	110,67	177.933,44	0,19	99,29	194.061,87
Contas a pagar	506.827,24	0,65	61,00	452.209,58	0,53	89,22	563.245,35	0,59	124,55	418.694,97	0,44	74,34	404.077,18
Provisão de férias	258.496,69	0,33	113,86	254.665,24	0,30	98,52	315.494,61	0,33	123,89	316.898,35	0,33	100,44	351.079,26
Receita diferida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.358,70	0,27	0,00	284.155,57
Financiamentos bancários (Nota 10)	74.958.093,38	96,84	104,82	74.758.822,04	87,70	99,73	86.392.610,28	90,20	115,56	87.866.773,60	91,69	101,71	92.060.454,68
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.116.829,57	16,95	100,75	12.123.306,32	14,22	92,43	12.384.307,20	12,93	102,15	12.523.715,95	13,07	101,13	12.932.091,96
Financiamentos bancários (Nota 10)	2.702.757,03	3,49	114,03	2.986.294,60	3,50	110,49	3.361.103,90	3,51	112,55	3.899.491,26	4,07	116,02	4.337.776,55
Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	7.714.026,45	9,97	95,37	6.894.698,13	8,09	89,38	7.002.305,35	7,31	101,56	6.796.748,25	7,09	97,06	7.166.774,72
Contas a pagar	1.878.145,36	2,43	111,74	1.508.564,93	1,77	80,32	1.280.364,30	1,34	84,87	1.155.922,80	1,21	90,28	785.356,00
Capital a restituir	821.900,72	1,06	93,41	733.748,66	0,86	89,27	740.533,66	0,77	100,92	671.553,64	0,70	90,69	642.184,69
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	595.848,20	0,77	135,16	152.420,11	0,18	25,58	187.639,64	0,20	123,11	77.949,63	0,08	41,54	81.835,16
Receita diferida	595.848,20	0,77	135,16	152.420,11	0,18	25,58	187.639,64	0,20	123,11	77.949,63	0,08	41,54	81.835,16
TOTAL DO PASSIVO	99.632.704,39	248,72	104,13	97.519.043,99	114,40	97,88	108.350.287,54	113,13	111,11	108.432.521,07	113,15	100,08	115.086.505,20

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DE 31.12.07 À 31.12.11 EM REAIS (IGPM) - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

DISCRIMINAÇÃO	2007			2008			2009			2010			2011
	IGPM	AV	AH	IGPM	AV	AH	IGPM	AV	AH	IGPM	AV	AH	TOTAL
	1,2849158	%	%	1,1484413	%	%	1,1669274	%	%	1,0582292	%	%	EM R\$
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL BRUTA	66.002.726,52	100,00	126,85	69.508.612,55	100,00	105,31	70.889.738,34	100,00	101,99	61.187.379,83	100,00	86,31	73.960.507,47
(-) Dedução dos ingressos e da Receita Operacional Bruta	-3.816.234,48	-5,78	192,29	-4.205.264,08	-6,05	110,19	-3.367.952,77	-4,75	80,09	-3.213.707,08	-5,25	95,42	-4.853.582,16
INGRESSOS E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	62.186.492,04	94,22	124,25	65.303.348,47	93,95	105,01	67.521.785,58	95,25	103,40	57.973.672,75	94,75	85,86	69.106.925,31
(-) Dispendios e custo dos produtos vendidos	-53.717.084,11	-81,39	122,60	-55.389.666,38	-79,69	103,11	-58.495.599,24	-82,52	105,61	-49.353.796,93	-80,66	84,37	-59.001.493,05
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	8.469.407,93	12,83	135,81	9.913.682,09	14,26	117,05	9.026.186,33	12,73	91,05	8.619.875,81	14,09	95,50	10.105.432,26
DESPESAS OPERACIONAIS	-8.333.119,62	-12,63	75,44	-8.365.358,49	-12,03	100,39	-8.324.229,24	-11,74	99,51	-7.825.657,65	-12,79	94,01	-10.011.913,92
(-) Dispendios e despesas com pessoal	-3.405.538,04	-5,16	96,65	-3.566.810,06	-5,13	104,74	-4.309.315,59	-6,08	120,82	-4.341.182,99	-7,09	100,74	-4.427.107,35
(-) Dispendios e despesas administrativas	-1.289.306,55	-1,95	30,16	-1.359.925,71	-1,96	105,48	-1.596.585,96	-2,25	117,40	-1.486.973,72	-2,43	93,13	-1.492.693,84
(-) Dispendios e despesas com assessorias jurídicas e indenizações tra	-866.446,88	-1,31	134,97	-1.006.717,81	-1,45	116,19	-755.598,22	-1,07	75,06	-925.414,17	-1,51	122,47	-877.222,78
(-) Dispendios e despesas gerais e técnicas	-863.960,42	-1,31	82,81	-490.254,02	-0,71	56,74	-416.199,64	-0,59	84,89	-266.451,24	-0,44	64,02	-347.652,20
(-) Dispendios e despesas comerciais	-1.812.924,78	-2,75	74,81	-2.413.882,55	-3,47	133,15	-2.631.018,80	-3,71	109,00	-2.759.849,62	-4,51	104,90	-3.124.297,92
(-) Dispendios e despesas tributárias	-154.948,95	-0,23	21,07	-87.647,82	-0,13	56,57	-135.530,37	-0,19	154,63	-91.671,58	-0,15	67,64	-129.756,12
(-) Dispendios e despesas com depreciação e amortização	-369.055,03	-0,56	92,33	-321.029,69	-0,46	86,99	-412.274,97	-0,58	128,42	-417.669,09	-0,68	101,31	-415.456,72
(+) Recuperação de dispendios e despesas	1.241.981,85	1,88	65,49	1.072.025,97	1,54	86,32	1.332.424,44	1,88	124,29	1.028.215,78	1,68	77,17	860.408,90
(+) Resultado financeiro operacional	-812.920,83	-1,23	-815,21	100.942,39	0,15	-12,42	580.026,14	0,82	574,61	85.913,06	0,14	14,81	-53.081,64
(-) Outros eventos	0,00	0,00	0,00	-292.059,19	-0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.054,25
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.843,73	0,03	0,00	1.349.425,92	2,21	6.800,26	0,00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO	136.288,31	0,21	-2,83	1.548.323,60	2,23	1.136,06	701.957,09	0,99	45,34	794.218,16	1,30	113,14	93.518,34
RESULTADO FINANCEIRO	-6.021.865,57	-9,12	101,65	-5.779.607,99	-8,31	95,98	-7.333.614,82	-10,35	126,89	-6.921.204,24	-11,31	94,38	-7.027.350,24
(-) Dispendios e despesas financeiras	-6.075.244,21	-9,20	81,03	-6.350.212,95	-9,14	104,53	-7.660.366,33	-10,81	120,63	-8.810.418,21	-14,40	115,01	-8.447.747,15
(+) Ingressos e receitas financeiras	471.392,22	0,71	29,96	570.604,95	0,82	121,05	326.751,52	0,46	57,26	1.889.213,98	3,09	578,18	1.420.396,91
(-) Outros eventos	-418.013,58	-0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERDAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	-5.885.577,26	-8,92	54,83	-4.231.284,40	-6,09	71,89	0,00	0,00	0,00	-6.126.986,08	-10,01	0,00	-6.933.831,90
Resultado não operacional	-46.541,60	-0,07	-3.927,07	-1.184,87	0,00	2,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	-5.932.118,87	-8,99	55,27	-4.232.469,27	-6,09	71,35	-6.631.657,73	-9,35	156,69	-6.126.986,08	-10,01	92,39	-6.933.831,90

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31.12.06 À 3.12.11 EM REAIS RECLASSIFICADO						
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
	EM R\$					
ATIVO						
CIRCULANTE	27.518.238,99	30.833.648,95	34.229.666,44	36.513.271,77	38.188.888,79	42.830.218,73
Disponibilidades	194.454,27	975.724,83	827.448,32	877.487,89	419.082,23	1.045.090,52
ACF Caixa	32.232,54	26.790,16	20.184,29	40.596,47	55.441,99	46.993,88
ACF Bancos conta movimento	45.836,02	863.679,17	777.264,03	836.891,42	363.640,24	998.096,64
ACF Aplicações financeiras liquidez imediata	116.385,71	85.255,50	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Créditos	25.511.052,24	27.983.875,00	30.079.437,56	32.601.370,90	34.882.305,12	38.757.810,35
ACC Associados (Nota 04)	23.726.636,64	25.574.201,27	27.233.492,97	29.574.141,33	31.067.175,57	32.878.139,28
ACC Terceiros (Nota 05)	1.777.761,51	2.403.975,62	2.836.137,09	3.012.133,62	3.802.531,02	5.867.016,87
ACC Impostos á recuperar	6.654,09	5.698,11	9.807,50	15.095,95	12.598,53	12.654,20
Estoques (Nota 06)	1.801.298,60	1.859.913,22	3.312.170,07	3.025.080,75	2.848.193,50	2.991.358,79
ACC Divisão de leite/queijos	136.370,38	104.320,74	174.252,29	317.452,66	489.573,62	566.652,10
ACC Divisão de cereais	1.643.424,67	1.737.732,67	3.122.752,84	2.685.772,77	2.332.012,80	2.395.872,68
ACC Datec	1.288,22	234,60	85,00	85,00	1.084,21	4.400,80
ACC Almoxarifados	20.215,33	17.625,21	15.079,94	21.770,32	25.522,87	24.433,21
ACC Despesas do exercício seguinte	11.433,88	14.135,90	10.610,49	9.332,23	39.307,94	35.959,07
REALIZÁVEL Á LONGO PRAZO	5.435.121,86	5.365.128,43	5.562.261,27	5.547.002,96	6.330.257,48	7.480.130,89
ANC Associados (Nota 04)	2.389.248,74	2.318.309,25	2.194.642,92	1.896.974,46	1.607.887,09	1.256.310,06
ANC Terceiros (Nota 05)	3.045.873,12	3.046.819,18	3.367.618,35	3.650.028,50	4.722.370,39	6.223.820,83
PERMANENTE	7.131.610,54	6.840.348,60	6.956.885,54	7.052.204,41	8.419.312,90	8.541.797,45
Investimentos (Nota 07)	3.750.968,22	3.751.326,84	3.748.856,84	3.749.329,88	3.746.359,18	3.746.359,18
ANC Em sociedades cooperativas	3.739.236,59	3.739.595,21	3.737.125,21	3.737.598,25	3.734.627,55	3.734.627,55
ANC Outros investimentos	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63	11.731,63
Imobilizado (Nota 08)	3.376.646,49	3.087.855,93	3.208.028,70	3.302.874,53	4.672.953,72	4.795.438,27
ANC Valor corrigido	12.559.989,75	12.394.612,19	12.765.153,77	10.376.955,49	12.119.855,39	12.652.562,31
ANC (-) depreciação acumulada	-9.183.343,26	-9.306.756,26	-9.557.125,07	-7.074.080,96	-7.446.901,67	-7.857.124,04
Diferido	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
ANC Pesquisa e desenvolvimento de produtos	3.995,83	1.165,83	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO ANTES DO PASSIVO Á DESC	40.084.971,39	43.039.125,98	46.748.813,25	49.112.479,14	52.938.459,17	58.852.147,07
PASSIVO DESCOBERTO	-30.015.872,24	-34.501.133,68	-38.165.447,49	-43.738.445,04	-49.527.548,26	-56.234.358,13
Capital social integralizado (Nota 11)	4.531.800,38	4.540.134,45	4.552.341,39	4.564.933,80	4.569.430,38	4.565.243,80
PNC Capital social subscrito	8.524.413,44	8.888.924,24	9.288.277,93	9.732.398,10	10.117.538,51	10.573.975,64
PNC (-) Capital social á integralizar	-3.992.613,06	-4.348.789,79	-4.735.936,54	-5.167.464,30	-5.548.108,13	-6.008.731,84
Perdas acumuladas	-34.547.672,62	-39.041.268,13	-42.717.788,88	-48.303.378,84	-54.096.978,64	-60.799.601,93
PNC Perdas de exercicios anteriores	-26.683.610,12	-34.424.530,70	-39.032.385,66	-42.620.370,86	-48.307.130,77	-53.865.770,03
PNC Perdas líquidas do exercício	-7.864.062,50	-4.616.737,43	-3.685.403,22	-5.683.007,98	-5.789.847,87	-6.933.831,90
TOTAL DO ATIVO + PASSIVO Á DESCOBE	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,43	115.086.505,20
PASSIVO						
CIRCULANTE	60.238.617,67	66.868.215,51	74.225.228,20	82.077.377,48	90.557.750,09	102.072.578,08
PCO Associados (Nota 04)	2.239.414,62	3.100.492,73	2.867.007,49	2646781,17	3.652.748,92	4.444.193,96
PCC Fornecedores	3.522.708,46	4.408.772,84	5.505.809,11	4489721,74	2.766.650,94	4.334.555,56
PCC Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	1.305.972,50	426.358,94	141.001,83	153573,97	168.142,63	194.061,87
PCC Contas a pagar	608.713,32	394.443,93	393.759,42	482673,86	395.656,22	404.077,18
PNC Provisão de férias	166.339,26	201.177,92	221.748,59	270363,53	299.460,98	351.079,26
PNC Receita diferida	0,00	0,00	0,00	0	243.197,50	284.155,57
PCO Financiamentos bancários (Nota 10)	52.395.469,51	58.336.969,15	65.095.901,76	74034263,21	83.031.892,90	92.060.454,68
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.539.220,87	10.208.318,37	10.556.313,43	10.612.748,66	11.834.596,84	12.932.091,96
PNC Financiamentos bancários (Nota 10)	1.736.584,46	2.103.450,69	2.600.302,34	2880302,49	3.684.921,24	4.337.776,55
PNC Obrigações sociais e tributárias (Nota 09)	5.926.534,03	6.003.526,81	6.003.526,81	6000634,96	6.422.756,29	7.166.774,72
PNC Contas a pagar	1.231.443,00	1.461.687,50	1.313.576,00	1097209,9	1.092.318,00	785.356,00
PNC Capital a restituir	644.659,38	639.653,37	638.908,28	634601,31	634.601,31	642.184,69
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160.798,04	73.660,44	81.835,16
PNC Receita diferida	323.005,09	463.725,48	132.719,11	160798,04	73.660,44	81.835,16
TOTAL DO PASSIVO	70.100.843,63	77.540.259,66	84.914.260,74	92.850.924,18	102.466.007,37	115.086.505,20